



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BELÉM / 2013



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das instruções publicadas na página da *intranet* do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

BELÉM, DEZEMBRO/2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	9
1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado	9
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado.....	9
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	10
1.3 Organograma Funcional.....	11
1.4 Macroprocesso finalístico	12
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	13
1.6 Principais Parceiros.....	13
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	13
2.1 Planejamento da unidade	13
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	14
2.2.1 Programa Temático	16
2.2.2 Objetivo	16
2.2.2.1 Análise Situacional	16
2.2.3 Ações	16
2.2.3.1 Ações - OFSS.....	16
2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS.....	20
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	20
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI.....	22
2.2.3.5 Análise Situacional	22
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	23
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	29
3.1 Estrutura de Governança.....	29
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	30
3.3 Sistema de Correição	32
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	33
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos... 33	
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	33
4.1 Execução das despesas.....	33
4.1.1 Programação	33
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	33
4.1.3 Realização da Despesa.....	33
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	33
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	33
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Totale.....	33
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	34
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	34
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	35
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	36
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	36
4.2.1 Análise Crítica	36
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	36
4.3.1 Análise Crítica	36
4.4 Transferências de Recursos.....	38
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	38

4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	38
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	38
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	38
4.4.5	Análise Crítica	38
4.5	Suprimento de Fundos	38
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	38
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	39
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	57
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	57
4.5.5	Análise Crítica	57
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	59
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	59
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	59
5.1.1.1	Lotação	59
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	60
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	61
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	61
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	61
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	62
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	63
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	65
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	65
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	65
5.1.5	Cadastramento no Sisac	65
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	65
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	65
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	66
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	66
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	66
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos ...	66
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	66
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	66
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	66
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	66
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	67
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	67
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	67
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	67
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	67
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	67
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	70
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	70
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	71
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	72
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	72
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	72

7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	72
7.1.1	Análise Crítica	74
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	74
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	74
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	77
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	78
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	78
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	78
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	79
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	79
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	79
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	85
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	86
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	87
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	87
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	87
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	88
9.6	Alimentação SIASG E SICONV	88
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	88
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	89
11.1	Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	89

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BCA	-	Boletim do Comando da Aeronáutica
CEMCOHA	-	Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica
CECOMSAER	-	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CNAE	-	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CÓD	-	Código
COMAER	-	Comando da Aeronáutica
COMARA	-	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
COMGAR	-	Comando-Geral de Operações Aéreas
COMGEP	-	Comando Geral do Pessoal
CPGF	-	Cartão de Pagamento do Governo Federal
DBR	-	Declaração de Bens e Rendas
DECO	-	Destacamento de Canteiro de Obra
DIRAP	-	Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENG	-	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
EMAER	-	Estado-Maior da Aeronáutica
ICA	-	Instrução do Comando da Aeronáutica
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
MCA	-	Manual do Comando da Aeronáutica
NSMA	-	Norma de Serviço do Ministério da Aeronáutica
OCI	-	Órgão de Controle Interno
PAA	-	Plano de Apoio a Amazônia
PEMAER	-	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PLANSET	-	Plano Setorial
PT	-	Plano de Trabalho
PPA	-	Plano Plurianual
PPO	-	Plano Plurianual de Obras
PTUG	-	Programa de Trabalho da Unidade Gestora
RDAER	-	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
RICA	-	Regimento Interno da COMARA
ROCA	-	Regulamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
RP	-	Restos a Pagar
SEFA	-	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SEREF	-	Serviço Regional de Economia e Finanças
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	-	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	-	Sistema de Convênios
SIGPES	-	Sistema de Gerenciamento de Pessoal
SIORG	-	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TI	-	Tecnologia da Informação
TSD	-	Tratamento Superficial Duplo
UG	-	Unidade Gestora
UJ	-	Unidade Jurisdicionada
VIMCO	-	Visita de Inspeção Mensal da COMARA

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.2.2.3.1 - Ações – OFSS	16
Quadro A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS	20
Quadro A.2.3.1- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Carga Transportada para Apoio aos Canteiros de Obras	23
Quadro A.2.3.2 - Missão, Visão e Metas Definidas da Organização.	24
Quadro A.2.3.3 - Indicador de Desempenho da Organização quanto a Realização de Obras	24
Quadro A.3.2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	30
Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	35
Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	36
Quadro A.4.5.1 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	38
Quadro A.4.5.2 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)	40
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	57
Quadro A.5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	59
Quadro A.5.1.1.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	60
Quadro A.5.1.2.1 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	61
Quadro A.5.1.2.2 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	62
Quadro A.5.1.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12	62
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	63
Quadro A.6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	70
Quadro A.6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	71
Quadro A.7.1 - Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	72
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	74
Quadro A.8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	77
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	79
Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	86
Quadro A.9.4.1-Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR877	
Quadro A.9.5 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	88

LISTA DE FIGURAS

Figura I- Organograma Funcional da COMARA.....	11
Figura II- Subordinação Processual da Unidade Jurisdicional	14
Figura III- Transbordo em São Gabriel da Cachoeira	15

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1- Demonstração dos Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício de 2013 por Elemento de Despesa.....	37
Gráfico 2- Demonstração Mensal dos Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício de 2013.....	37
Gráfico 3- Consumo Médio de Energia Elétrica	78

ANEXOS

ANEXOS	91
ANEXO A: Macroprocesso Finalístico	
ANEXO B/C/D: Macroprocesso de Apoio	
ANEXO E: Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	

INTRODUÇÃO

Este Relatório tem como objetivo apresentar os atos de gestão da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) no exercício de 2013, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle (interno e externo) e à sociedade em geral.

A COMARA é uma Unidade Jurisdicionada (UJ) do Comando da Aeronáutica, subordinada ao Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Criada pelo Decreto nº 40.551, de 12 de dezembro de 1956, tem por finalidade o projeto, a construção e o equipamento de aeroportos, de interesse do Comando da Aeronáutica na Região Amazônica. Poderá atuar, ainda, em outras regiões do País, realizando projetos, executando obras civis e equipando aeroportos para órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio, desde que sejam do interesse do Comando da Aeronáutica.

As ações da COMARA estão diretamente ligadas ao objetivo da Força Aérea em manter o pleno domínio do espaço aéreo com o intuito de defender o País. Dentro desse contexto, se faz necessária à adequação de aeroportos e aeródromos, visando à melhoria no suporte operacional de todo tipo de aviação. Aliado a este objetivo, o trabalho da COMARA tem se tornado imprescindível no apoio aos Pelotões de Fronteira do Exército e as comunidades isoladas levando assistência médico-hospitalar, alimentação e principalmente desenvolvimento.

Desenvolvendo um Programa de Trabalho altamente técnico, em consonância com o Plano Setorial do COMGAR e ainda de acordo com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), a COMARA vem executando obras de engenharia nos mais longínquos rincões da Amazônia. A maior característica que diferencia a COMARA de qualquer empresa de engenharia, em todo o território nacional, é sua logística para construir em plena selva amazônica, vencendo o clima, as distâncias e as doenças tropicais.

O presente Relatório de Gestão foi elaborado de forma individual, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, sendo apresentado em 11 capítulos, conforme detalhado a seguir.

No primeiro capítulo é apresentada a identificação e atributos da Unidade, competências institucionais, organograma funcional, macroprocessos conduzidos pela COMARA e seus principais parceiros que colaboram na execução de seus objetivos.

O segundo capítulo trata do planejamento estratégico, plano de metas e de ações, evidenciando sua estratégia de atuação, os objetivos alcançados e os percalços encontrados na execução dos trabalhos. O subitem 2.3 apresenta os indicadores de desempenhos desenvolvidos pela COMARA.

O terceiro capítulo apresenta a estrutura de governança e a avaliação do sistema de controles internos da UJ, do sistema de correição e o cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.

O quarto capítulo refere-se à programação e execução da despesa orçamentária e financeira. Como a COMARA não é responsável pelos programas do Plano Plurianual (PPA), pela programação financeira e pela movimentação de créditos interna e externa, foram excluídos deste relatório os quadros representativos dos subitens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3.1 a 4.1.3.4, 4.2, 4.4 e seus subitens e 4.5.3. No que se refere à execução orçamentária da despesa, aplica-se a COMARA somente as informações da execução dos créditos recebidos por movimentação, sendo apresentada sua execução por modalidade de licitação, bem como por grupo e elemento de despesa, divididos em despesas correntes e despesas de capital. Estão evidenciadas também as despesas executadas por Suprimento de Fundos, relatando as razões pelas quais esta Unidade Gestora (UG) executou despesas de caráter excepcional.

No quinto capítulo estão disponíveis as informações referentes à gestão dos Recursos Humanos, como a composição do quadro de servidores civis e militares e os custos de pessoal. As

informações constantes do subitem 5.1.4, 5.1.5 e 5.1.6, e ao item 5.2 não se aplicam a Natureza Jurídica da COMARA.

O capítulo seis trata da gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário desta UJ. Nele estão destacados a frota de veículos leves e pesados, média de quilômetros rodados, gastos com combustíveis e lubrificantes, e ainda, a discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ.

As informações relativas à Gestão da Tecnologia e a Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental, são apresentadas nos capítulos sete e oito, respectivamente.

O capítulo nove evidencia a conformidade e tratamento de disposições legais e normativas, ressaltando as deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), as recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega da Declaração de Bens e Rendas pelos detentores de cargos e funções da COMARA.

O relacionamento com a sociedade prevista para o capítulo dez não se aplica a natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada.

O capítulo onze trata de informações contábeis relacionadas a COMARA.

Dessa forma, é importante destacar as principais realizações no exercício de 2013: a conclusão das obras no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA). Continuação das etapas das obras de ampliação e reforço dos pavimentos da pista de pouso do aeródromo de Estirão do Equador (AM); ampliação e reforço dos pavimentos da pista de pouso do aeródromo de Iauaretê (AM); ampliação e reforço com TSD da pista de pouso do aeródromo de Moura (AM), construção do aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC); Reforma do Hangar e das instalações do aeródromo de Eirunepé (AM); Construção da Seção Contra Incêndio no aeródromo de São Gabriel da Cachoeira (AM); e início da obra de ampliação e modernização das instalações do Porto Fluvial Brucutu (PA).

Mesmo com todo esforço dispensado para alcançar seus objetivos, a COMARA enfrentou algumas ameaças principalmente no contexto orçamentário e de pessoal.

Em conformidade com a finalidade institucional da COMARA em melhorar a operacionalidade das pistas de pouso em defesa dos interesses do País, 78% dos créditos recebidos foram na ação 14UC – Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica		Código SIORG: 041066/0000448	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			
Denominação Abreviada: COMARA			
Código SIORG: 001018	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 120088	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.429/0090-86	
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1 / 00	
Telefones/Fax de contato:	(91) 3204-9200	(91) 3204-9220	(91) 3204-9351
Endereço Eletrônico: vp_comara@comara.aer.mil.br			
Página na Internet: www.comara.aer.mil.br			
Endereço Postal: Av. Pedro Álvares Cabral, 7115 – Bairro: Marambaia – CEP: 66.613-150 – Belém – PA.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 40.551, de 12 de dezembro de 1956 e Decreto nº 97.874, de 26 de junho de 1989.			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regulamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, aprovado pela Portaria nº 874/GC3, de 1º de agosto de 2005; Regimento Interno da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, aprovado pela Portaria COMGAR nº 114/A7, de 24 de julho de 2009, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 154, de 19 de agosto de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NSMA 85-7 – Administração de Obras e Serviços de Engenharia; PTUG – Programa de Trabalho da Unidade Gestora.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
—	—		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
120088		00001	

1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado

Não se aplica a natureza da UJ

1.1.3 Relatório de Gestão Agregado

Não se aplica a natureza da UJ

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A COMARA é uma organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), com sede em Belém-PA, diretamente subordinada ao Comando-Geral de Operações Aéreas – COMGAR, conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Tem por finalidade o projeto, a construção e o equipamento de aeroportos, de interesse do Comando da Aeronáutica na Região Amazônica. Poderá atuar, ainda, em outras regiões do País, realizando projetos, executando obras civis e equipando aeroportos para órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio, desde que sejam do interesse do Comando da Aeronáutica.

Compete a COMARA, de acordo com o Regulamento da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (ROCA) nº. 21-55, aprovado pela Portaria nº 873/GC3, de 1º de agosto de 2005:

I - elaborar e aprovar os projetos de engenharia necessários ao cumprimento de sua finalidade;

II - elaborar o Programa de Trabalho Anual, os convênios e os contratos para a realização de obras e serviços;

III - contratar pessoal sob a égide da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e pagar com recursos destinados a obras e serviços de engenharia, a convênios ou a contratos;

IV - elaborar as propostas orçamentárias, anual e plurianual;

V - ligar-se com órgãos centrais dos sistemas do COMAER nos assuntos de seu interesse; e

VI - ligar-se a entidades e órgãos externos ao COMAER nos assuntos de sua esfera de atuação.

Os objetivos estratégicos da COMARA estão previstos no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica- PEMAER. Nele estão inseridas as pistas de desdobramentos de São Gabriel da Cachoeira-AM, Eirunepé-AM e Vilhena-RO; e as pistas de recolhimento de Humaitá, Barcelos, Borba, Itacoatiara, Maturacá, Iauaretê, Japurá, Tarauacá, Oiapoque, Tucuruí, Coari e Manicoré.

O Plano de Trabalho elaborado pela COMARA e aprovado pelo COMGAR para o período de 2013 a 2016, apresentou as principais diretrizes para a continuidade do cumprimento de sua missão.

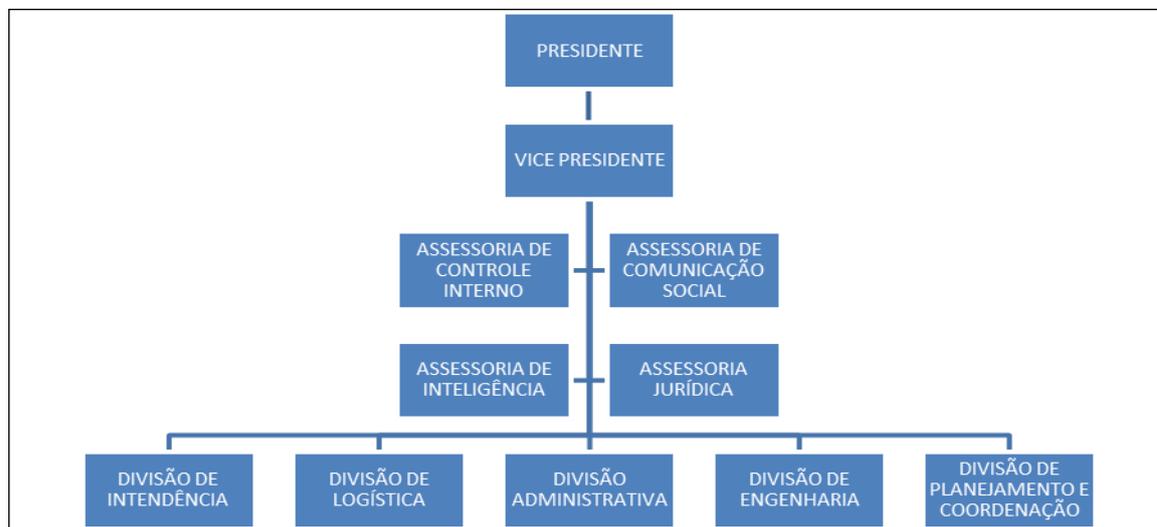
As metas propostas para 2013 foram a continuidade das etapas das obras de ampliação e reforço de pistas de pouso de Estirão do Equador (AM), Iauaretê (AM), Moura (AM), Santa Rosa do Purus (AC), Surucucu (RR); execução de obras no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA); construção dos anexos do hangar e instalações do Destacamento de Aeronáutica de Eirunepé (AM); reforma e ampliação da Seção de Contra Incêndio do Aeródromo de São Gabriel da Cachoeira (AM) e a reforma e ampliação das instalações do aquaviário da COMARA.

Grande parte desses aeródromos está localizada em regiões de fronteira, dentro do contexto de atuação da Força Aérea Brasileira respaldada na defesa e segurança do País e no apoio aos pelotões de fronteira do Exército Brasileiro. Dessa forma, a COMARA executa suas atividades enfrentando os desafios amazônicos de construir preservando a floresta, trabalhar em locais isolados, vencer as doenças tropicais e transportar equipamentos e insumos por via fluvial.

Para tanto, foi necessário desenvolver um planejamento logístico eficiente, considerando principalmente o período de chuvas de cada região, apoio aéreo disponível e a navegabilidade dos rios, para que a mão-de-obra, os insumos, e os equipamentos estivessem prontos nos canteiros das obras nos meses com meteorologia favorável, quando os trabalhos ganham um ritmo adequado.

1.3 Organograma Funcional

Figura I- Organograma Funcional da COMARA



COMPETÊNCIA DOS SETORES:

À Presidência (PRES) compete a supervisão e a coordenação geral das atividades a cargo da COMARA.

À Vice-Presidência (VP) compete: gerenciar as atividades; cumprir as diretrizes e normas bem como executar os Planos e Programas oriundos dos Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica; orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais, plurianuais e o Programa de Trabalho da COMARA, propondo a adoção das medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento; e exercer as funções de Agente Diretor e Ordenador de Despesas.

Além de assessorar o Vice-Presidente em assuntos afetos a sua área de atuação, compete às Assessorias e Divisões da COMARA:

Assessoria de Controle Interno (ACI): assessorar o Vice-Presidente nos aspectos pertinentes a formalidade, legalidade e correção contábil de todos os atos administrativos; exercer o acompanhamento e conferência dos documentos referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial da COMARA.

Assessoria de Comunicação Social (ACS) como elo executivo do CECOMSAER: desenvolver suas atividades em conformidade com o Plano de Comunicação Social, dentro das características específicas da COMARA; trabalhar a imagem da COMARA, e sua vinculação ao Comando da Aeronáutica, como importante fator da vida comunitária, mostrando sua participação valiosa na economia do país, como geradora de riqueza, de trabalho qualificado, e de satisfação individual e coletiva de considerável parcela da comunidade; cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua jurisdição, programas de instrução estabelecidos pelo CECOMSAER, que abordem o relacionamento da Instituição com a imprensa, em situações emergenciais; conscientizar os integrantes da COMARA do valor da sua contribuição, da expressão social de seus trabalhos e dos méritos auferidos pelo esforço dedicado à função exercida;

Assessoria de Inteligência (AIN): seguir as orientações normativas do Sistema de Inteligência da Aeronáutica; zelar pelas atividades de segurança e inteligência, propondo medidas de prevenção e obstrução a quaisquer tipos de ações que comprometam a missão da COMARA.

Assessoria Jurídica (AJUR): acompanhar os processos jurídicos do Comando da Aeronáutica que envolvam a COMARA; instruir, por meio de Estudos Preparatórios, os processos de interesse da Organização, tais como: regularização das Pedreiras e licenciamento ambiental das obras, bem como recuperação de áreas degradadas; examinar, quando solicitado, os atos administrativos que necessitem de parecer jurídico, principalmente: termos de contratos, termos de convênios e os editais de licitações.

Divisão de Planejamento e de Coordenação (DPC): trabalhar nas ações de alta gestão da COMARA, visando planejamentos de longo e médio prazo, tais como: coordenação do Planejamento Estratégico; elaboração do Programa de Trabalho; atualização do Regulamento e do Regimento Interno; mapeamento e modelagem de processos e atualização das NPA; condução das reuniões setoriais, operacionais e VIMCO.

Divisão Administrativa (DA): planejar, executar e controlar o apoio administrativo necessário ao funcionamento da COMARA; cumprir as diretrizes e normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica, afetos às atividades administrativas; executar as atividades relacionadas com a administração do pessoal militar e civil, de acordo com as leis e normas em vigor.

Divisão de Engenharia (DE): planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de engenharia desenvolvidas pela COMARA; supervisionar a prestação de serviço, recebimento de obras, certificados pelos chefes dos canteiros e fiscais de obras, nos termos dos contratos, convênios e/ ou aditivos; emitir o parecer técnico referente às propostas técnicas das licitações de obras e serviços de engenharia; participar, com as Unidades Celular de Engenharia, das manobras reais da Aeronáutica na Região Amazônica, com a finalidade de desenvolver as atividades de Engenharia de Campanha e, principalmente, os métodos de recuperação de pistas afetadas por bombardeio.

Divisão de Intendência (DI): cumprir as diretrizes e normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica; exercer o controle e a fiscalização da gestão econômica, financeira e patrimonial da COMARA; acompanhar a execução do Plano de Ação, assim como a proposição das modificações que se fizerem necessárias; supervisionar os trabalhos relativos aos Cronogramas de Desembolso dos recursos financeiros da COMARA;

Divisão de Logística (DL): planejar, coordenar, controlar e executar o apoio logístico de manutenção, suprimento técnico e transporte necessários à realização das obras e serviços de engenharia executados pela COMARA; elaborar os planejamentos de mobilização para todas as obras da COMARA; planejar o Plano de Apoio à Amazônia (PAA); efetuar as programações mensais dos meios de transporte, terrestre, aéreo e fluvial da COMARA, em coordenação com os órgãos provedores dos meios necessários.

1.4 Macroprocesso finalístico

Em conformidade com sua missão, o macroprocesso desenvolvido pela COMARA é a construção, reforma, ampliação e equipagem de aeródromos, em consonância com as prioridades estabelecidas pelo Comando da Aeronáutica e encontra-se mapeado conforme anexo A.

As metas para o ano são definidas pelo Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR) e inseridas no Programa de Trabalho (PT – COMARA) da Unidade, já citado.

O PT - COMARA é atualizado anualmente e nele são estabelecidos todos os parâmetros para execução das obras previstas no Plano Plurianual de Obras da Comissão. (PPO – COMARA), dentre eles: a priorização de projetos a serem elaborados e as etapas das obras a serem executadas no ano. Nele também estão inseridas as competências dos setores envolvidos no processo,

principalmente no que se refere ao plano de mobilização e desmobilização de canteiros, disponibilidade de pessoal, máquinas e equipamentos.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio essenciais para que a COMARA possa desenvolver com eficiência sua missão são:

- a) Elaboração e execução do Plano Plurianual de Obras da COMARA;
- b) Planejamento, controle e execução dos processos licitatórios necessários para a aquisição de materiais, equipamentos e serviços essenciais à execução das obras; e
- c) Planejamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários para o cumprimento de sua missão.

Cabe ressaltar que os macroprocessos de apoio encontram-se mapeados conforme anexos B, C e D.

1.6 Principais Parceiros

As prioridades das metas a serem executadas pela COMARA são definidas pelo COMGAR, a quem está diretamente subordinada, tudo em consonância com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). Após aprovação do Plano Plurianual de Obras, os recursos são descentralizados pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica – SEFA.

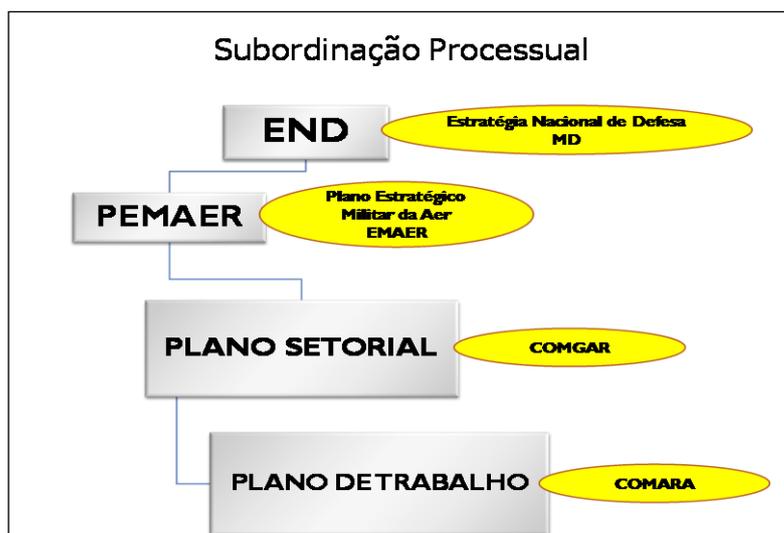
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

A soberania do espaço aéreo brasileiro é fundamental à manutenção da integridade do Território Nacional. A ativação de novas bases aéreas na Amazônia Ocidental tem suporte nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, que prevê, primordialmente, o aumento da presença e do poder dissuasório naquela região.

As ações da COMARA estão diretamente ligadas ao objetivo da Força Aérea em manter o pleno domínio do espaço aéreo com o intuito de defender o País. Para tanto, se faz necessário adequar a operacionalidade das pistas de pouso por toda a extensão do Território Nacional, e esta Comissão tem a missão de construir e equipar os aeródromos da Região Amazônica.

Figura II- Subordinação Processual da Unidade Jurisdicional



Fonte: Vice-Presidência da COMARA.

Os objetivos estratégicos da COMARA são definidos pelo EMAER. Estão previstos no PEMAER as pistas de desdobramentos de São Gabriel da Cachoeira (AM), Eirunepé (AM) e Vilhena (RO); e as pistas de recolhimento de Humaitá (AM), Barcelos (AM), Borba (AM), Itacoatiara (AM), Maturacá (AM), Iauaretê (AM), Japurá (AM), Tarauacá (AC), Oiapoque (PA), Tucuruí (PA), Coari (AM) e Manicoré (PA).

A nível operacional as metas atribuídas para a COMARA são definidas pelo COMGAR, através do Plano Setorial.

A COMARA desenvolveu um Programa de Trabalho eficaz atribuindo competências aos diversos setores de apoio envolvidos no processo. As ações são balizadas considerando as incertezas e as restrições da Região Amazônica como o acesso a localidades isoladas, a complexidade logística para o transporte de insumos e equipamentos por via fluvial, as doenças tropicais e o volume intenso de chuvas peculiares à Região. Dentro desse contexto foi proposto o Plano Plurianual de Obras alocando os recursos de acordo com o Plano Interno de cada obra e distribuídos por Natureza de Despesa.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Considerando o ambiente instável e isolado em que está localizada a maioria das obras, a COMARA, frequentemente, envida esforços no limite de sua capacidade operacional para desenvolver suas ações. Recursos humanos, insumos e equipamentos, precisam estar disponíveis nos canteiros de obras dentro do período planejado.

Como regra geral, na Região Amazônica, existem condições meteorológicas favoráveis à execução das obras de terraplenagem e pavimentação em apenas três meses durante o ano. Para que a etapa da obra planejada seja executada com êxito, é necessário que os insumos tenham sido adquiridos, e os equipamentos estejam em pleno funcionamento, a mão-de-obra contratada e principalmente que a frota aquaviária esteja disponível dentro do período de navegabilidade dos rios.

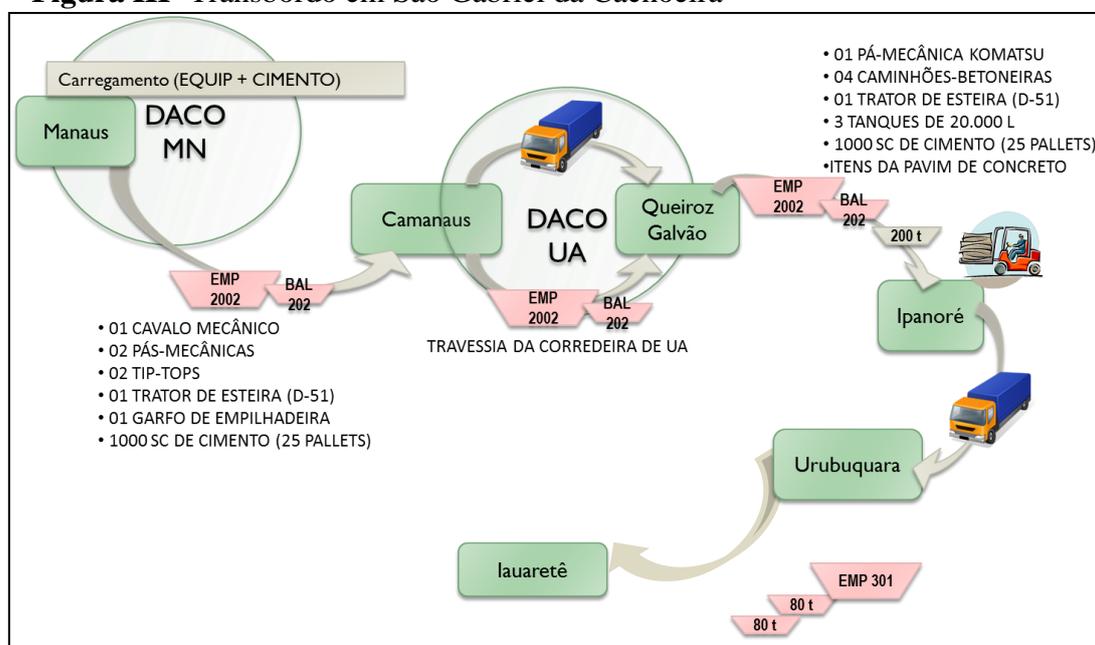
Visando aprimorar os processos de aquisição e contratação de serviços para a maximização da aplicação dos recursos destinados, foi atribuída a cada Divisão (Intendência, Logística, Engenharia, Administrativa e Planejamento e Controle) a responsabilidade de planejar a elaboração dos Pedidos de Aquisição de Material/Serviço de acordo com as suas competências visando sempre suas aplicações ao processo finalístico da COMARA.

A COMARA possui um calendário de licitações anual, perfeitamente adequado e oportuno às suas necessidades, priorizando a modalidade de “pregão eletrônico”.

Cabe ressaltar ainda, o plano estratégico desenvolvido diante da complexidade logística para o transporte fluvial. Atualmente a COMARA dispõe de 02 portos fluviais: o Porto Fluvial Brucutu, sediado em Belém (PA), onde são construídas e reformadas as balsas e empurradores, e o Porto fluvial Piquiá, sediado em Manaus (AM), que serve de entreposto de despacho dos insumos e equipamentos para os canteiros de obra.

Para que se exemplifique a complexidade das ações de transporte de insumos no modal fluvial, um traslado, por exemplo, saindo do Porto Piquiá (AM) até Iauaretê (AM), dura em média 45 dias. Durante o percurso, em virtude das corredeiras dos rios, na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), é necessária a realização do transbordo por via terrestre. Esta demanda exige da COMARA a mobilização de balsas e empurradores, mão-de-obra, máquinas e equipamentos, aquisição de víveres, combustíveis e equipamentos de comunicação para monitorar todo o percurso. A Figura III, abaixo, mostra pictoriamente o referido esforço.

Figura III- Transbordo em São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Vice-Presidência da COMARA.

Para acompanhamento da execução das obras, semanalmente são enviados para a COMARA sede, um Boletim de Medição com os percentuais executados de cada serviço, fotos atualizadas, além de informações quanto à disponibilidade de equipamentos, insumos de construção, combustível e alimentação.

Mensalmente, é realizada a Visita de Inspeção Mensal da COMARA (VIMCO) nos canteiros de obras, onde é elaborado um relatório de acompanhamento da execução físico-financeira, de modo a colaborar no processo de tomada de decisão dos gestores responsáveis.

Mesmo com todo esforço dispensado para alcançar seus objetivos, a COMARA enfrentou algumas ameaças principalmente no contexto orçamentário e de pessoal.

Em conformidade com a finalidade institucional da COMARA em melhorar a operacionalidade das pistas de pouso em defesa dos interesses do País, 78% dos créditos recebidos foram na ação 14UC – Construção, Reforma e Reparcelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal. O atraso na descentralização dos recursos nesta ação impossibilitou a consecução de parte das metas planejadas para 2013.

2.2.1 Programa Temático

Não se aplica a natureza da UJ, pois só abrange Secretaria-Executiva de Ministério ou Secretaria com status de Ministério.

2.2.2 Objetivo

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

2.2.2.1 Análise Situacional

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	14UC		Tipo: Atividade			
Título	Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal.					
Iniciativa	Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional.					
Objetivo	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. Código: 62000 - Secretaria de Aviação Civil.					
Programa	Aviação Civil		Código: 2017.		Tipo:	
Unidade Orçamentária	62901- Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
151.019.101,00	151.019.101,00	46.323.639,21	22.864.699,41	20.532.366,55	2.332.332,86	23.458.939,80
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Identificação da Ação						
Código	20X6		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte					
Iniciativa	Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte					
Objetivo	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica. Código: 52000- Ministério da Defesa					
Programa	Política Nacional de Defesa		Código: 2058.		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52101- Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
59.234.520,00	59.234.520,00	2.322.284,98	1.692.354,60	1.692.354,60	0,00	629.930,38
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo:			
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Código: 0909.		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52111- Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.014.000,00	25.896.244,00	4.958,92	4.958,92	4.958,92	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	20S9		Tipo:			
Título	Adequação e Construção de Organizações Militares da Aeronáutica					
Iniciativa	Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais					
Objetivo	Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira. Código: 52000 - Ministério da Defesa					
Programa	Política Nacional de Defesa		Código: 2058.		Tipo:	

Unidade Orçamentária	52111- Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.434.395,49	58.434.395,49	260.457,57	260.457,57	260.457,57	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
997.285,69	997.285,69	0,00				

Identificação da Ação						
Código	2000			Tipo:		
Título	Administração da Unidade					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.					
	Código:	2108	Tipo:			
Unidade Orçamentária	52111- Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
209.220.077,31	199.220.077,31	3.355.150,32	2.298.285,07	2.298.285,07	0,00	1.056.865,25
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
253.521,10	253.521,10	510,10				

Identificação da Ação						
Código	2004			Tipo:		
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, militares e seus dependentes.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.					
	Código:	2108	Tipo:			
Unidade Orçamentária	52111- Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
101.178.515,23	103.578.515,23	7.995,00	0,00	0,00	0,00	7.995,00
Execução Física						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	20XA		Tipo:			
Título	Aprestamento da Aeronáutica					
Iniciativa	Logística Operacional da Força Aérea Brasileira					
Objetivo	Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias por meio do seu preparo e emprego. Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo:					
Unidade Orçamentária	52911- Fundo Aeronáutico					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.404.685,00	13.404.685,00	219.171,71	213.171,82	213.171,82	0,00	5.999,89
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	20XV		Tipo:			
Título	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB					
Iniciativa	Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB					
Objetivo	Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos sistemas de Defesa Aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais. Código:					
Programa	Política Nacional de Defesa Código: 2058 Tipo:					
Unidade Orçamentária	52911- Fundo Aeronáutico					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.240.797.510,00	1.643.298.648,00	239.997,64	239.997,64	239.997,64	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Montante		

			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo:			
Título	Administração da Unidade					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52911- Fundo Aeronáutico		Código: 2108 Tipo:			
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
329.525.895,70	329.525.895,70	6.598.837,10	6.557.837,89	6.557.837,89	0,00	40.999,21
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
221.150,35	183.377,82	37.772,53				

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Não se aplica a natureza da UJ

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	2000		Tipo:		
Título	Administração da Unidade				
Programa	Apoio Administrativo		Código: 0750		Tipo:
Unidade Orçamentária	52111 Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.728,03	11.620,32	1.107,71			

Identificação da Ação					
Código	5150			Tipo:	
Título	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional				
Iniciativa	Reformar e ampliar aeroportos e aeródromos de interesse nacional, visando atender as necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira.				
Objetivo	Contratação de serviços especializados de engenharia, elaboração de projetos, reforma, ampliação e construção de pistas, pátios, táxis, instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem e sistemas de redes dos aeroportos de interesse nacional. Código:				
Programa	Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária			Código: 0631	Tipo:
Unidade Orçamentária	52911- Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
7.191,91	5.828,91	1.363,00			

Identificação da Ação					
Código	12CD			Tipo:	
Título	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional				
Iniciativa	Monitoramento e Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro				
Objetivo	Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos sistemas de defesa aérea e controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais. Código:				
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058	Tipo:
Unidade Orçamentária	20930 Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.541.641,35	1.324.429,24	38.186,00			

Identificação da Ação					
Código	20SF			Tipo:	
Título	Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional				
Iniciativa	Monitoramento e Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro				
Objetivo	Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos sistemas de defesa aérea e controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais. Código:				
Programa	Política Nacional de Defesa			Código: 2058	Tipo:
Unidade Orçamentária	20930- Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
32.620.162,27	30.943.196,76	436.746,21			

Identificação da Ação					
Código	2460			Tipo:	
Título	Funcionamento e atualização da Infraestrutura de apoio a veículos espaciais.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Política Espacial	Código: 2056		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24205- Agência Espacial Brasileira - AEB				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
37.000,00	0,00	37.000,00			

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica a natureza da UJ

2.2.3.5 Análise Situacional

No exercício de 2013, a Unidade Jurisdicionada executou os recursos orçamentários provenientes de 04 (quatro) programas, nos quais estão vinculadas 08 (oito) ações diferentes, constantes da Lei nº 12.798/2013, anexo II. Das oito ações vinculadas, cinco delas são relativas a programas temáticos, duas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado e uma vinculada a Programa de Operações Especiais.

Para fins de acompanhamento de gestão, a ação mais relevante à missão institucional da COMARA é a 14UC – Construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas aeronáutica civil e aeroportuária de interesse federal, na qual foi recebida R\$ 46.323.639,21 (quarenta e seis milhões, trezentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos), o que representa um percentual de 78% da totalidade dos recursos orçamentários descentralizados para a COMARA no exercício de 2013.

Na análise do Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS, referente à ação 14UC, observa-se do total da despesa empenhada cerca de 50% do valor foi inscrito em Restos a Pagar, em conformidade com a Lei 4320/1964 e o Decreto 93.872/1986. Esta dificuldade na execução orçamentária e financeira no ano de 2013 foi devido ao atraso no repasse dos recursos orçamentários provenientes da Secretaria de Aviação Civil - SAC, dos quais 52% só foram descentralizados nos 04 últimos meses do ano, o que impossibilitou a COMARA de executá-los, fisicamente, ainda, dentro do exercício financeiro.

A ação 2000 – Administração da Unidade recebeu de recurso R\$9.953.987,42 o que representa 17% do total de recursos recebidos no exercício de 2013 para atender aquisição de material de consumo para imóveis sob responsabilidade da Prefeitura da Aeronáutica e manutenções corretivas emergenciais no valor de R\$5.032.289,78; manutenção nas instalações dos PNR (Próprio Nacional Residencial), R\$ 499.999,26; vida vegetativa e demais despesas administrativas R\$2.407.285,18; despesas com serviços públicos, R\$1.185.127,64; despesas com a aquisição de material para o CEMCOHA, R\$ 332.984,02; alimentação de efetivo, R\$ 299.999,06; e atendimento do programa de assistência social, R\$ 138.116,09.

Já para a ação 20X6 – Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte foram descentralizados R\$2.322.284,98 de recursos, representando aproximadamente, 4% da totalidade

dos créditos recebidos em 2013. Desse percentual, 99,5% do recurso recebido nesta ação é referente ao Programa Calha Norte. Sendo considerada a terceira ação mais relevante à COMARA por representar a manutenção de aeródromos na Região do Calha Norte que neste exercício foi dada continuidade aos serviços no aeródromo de Moura; a adequação de equipamentos e embarcações da frota de aquaviários para controle e segurança da navegação fluvial, e construção do corpo da guarda, casa de gases, rampa de acesso e o prédio administrativo no Porto Brucutu;

As demais ações 20S9, 20XV, 20XA, 2004 e 00M1 corresponderam a 0,44%, 0,40%, 0,37%, 0,01% e 0,01% que somadas representaram um percentual de 1,23% do total de recursos recebidos e não apresentaram valores relevantes para a análise crítica.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Quadro A.2.3.1- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Carga Transportada para Apoio aos Canteiros de Obras

Indicador de Carga Transportada para Apoio aos Canteiros de Obras	
Objetivo da Mensuração	Quantificar o percentual de carga transportada em relação à necessidade dos canteiros de obras.
Identificação das Variáveis	C - Medição total da carga transportada no ano, em toneladas; Carga Total Transportada: 19.876 Ton. Aérea: 2.220 Ton. Terrestre: 1.800 Ton. Fluvial: 15.856 Ton. D - Previsão de transporte de insumos, combustíveis e equipamentos dos canteiros de obras, em toneladas, planejada pela DE conforme necessidade da Obra. Carga Total Prevista no início do ano: 32.730 Ton.
Origem dos dados empregados na fórmula	Controles da Subdivisão de Transportes, Subdivisão de Suprimentos da Divisão de Logística da COMARA e Seção de Provisões da Divisão de Intendência.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$(C / D) \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Periodicidade: Mensal Setor Responsável: Divisão de Logística da COMARA
Meta para o ano	100%
Data e Valor da Última Indicação Acumulada	31/12/2013 64,7%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Em virtude do contingenciamento dos recursos no início do ano ocorreu atraso na aquisição do material alvo do transporte supracitado. Devido a esses atrasos, as obras de Estirão do Equador, Iauaretê, Moura e Santa Rosa dos Purus não atingiram as metas previstas no PPO como descrito no Quadro III.

Quadro A.2.3.2- Missão, Visão e Metas Definidas da Organização.

Missão da Organização	Visão de Futuro Para a Organização	Metas Definidas no Plano Setorial
Projetar, construir e recuperar aeroportos em regiões inóspitas e de difícil acesso na Amazônia legal e em outras regiões do País, desde que sejam do interesse do COMGAR, contribuindo para a soberania nacional e o progresso do Brasil, com sustentabilidade ambiental.	Ser reconhecida nacionalmente pela excelência profissional e tecnológica na elaboração e execução de projetos aeroportuários, eficiência logística e gestão dos recursos públicos com integridade e sustentabilidade, na superação do desafio amazônico.	Conforme anexo A do PCA 11-54.

Quadro A.2.3.3- Indicador de Desempenho da Organização quanto a Realização de Obras

Indicador de Realização de Obras	
Objetivo da Mensuração	Quantificar o percentual de realização das obras em andamento de aeroporto/aeródromo de interesse nacional em relação ao planejado.
Identificação das Variáveis	MT - medição total das obras realizadas no ano; MP - medição prevista total (meta para o ano).
Origem dos dados empregados na fórmula	Mensuração dos serviços realizados (Boletins de Medições de Engenharia aprovadas pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica – DIRENG).
Previsto Financeiro para o ano de 2013	R\$ 38.164.049,84 (MP)
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 28.943.872,94 (MT)
Indicador e Fórmula do Indicador de Desempenho no ano de 2013	$75,84\% (MT/MP) \times 100$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Periodicidade: Mensal Setor Responsável: Divisão de Engenharia da COMARA
Construção do Hangar e das Instalações do Aeródromo de Eirunepé (AM)	
Previsto Financeiro para o ano de 2013	R\$ 8.208.508,28
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 10.679.754,42
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 14.512.088,65
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 17.186.523,08
Meta Física prevista para o ano de 2013	31,66%
Físico Executado no ano de 2013	41,19%
Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	55,97%
Físico Executado acumulado desde o	66,29%

início da obra	
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra executada por empresa terceirizada. Foi iniciada em novembro de 2011, com previsão de término em 2014. A obra está adiantada em relação ao cronograma previsto, pois a empresa tinha condições de produzir acima do programado e havia interesse da Administração para que o fato ocorresse. Cabe ressaltar que a atuação da fiscalização oportunizou a solução imediata de problemas, fato que permitiu que a obra fosse executada com velocidade acima do previsto.
Ampliação do Aeródromo de Estirão do Equador (AM)	
Previsto financeiro para o ano de 2013	R\$ 7.497.217,76
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 3.912.580,66
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 23.908.161,13
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 13.637.055,37
Meta Física prevista para o ano de 2013	Terraplanagem – 15% (do total da obra) Pavimentação – 10% (do total da obra) Drenagem – 60% (do total da obra)
Físico Executado no ano de 2013	Terraplanagem – 6% (do total da obra) Pavimentação – 4% (do total da obra) Drenagem – 50% (do total da obra)
Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	Terraplanagem – 76% Pavimentação – 55% Drenagem – 48%
Executado Físico acumulado desde o início da obra	Terraplanagem – 56% Pavimentação – 17% Drenagem – 33%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A meta para o ano de 2013 não foi atingida em virtude da dificuldade logística de transporte de insumos e escassez na mão-de-obra, além do contingenciamento dos recursos no início do ano que atrasou a aquisição do material alvo do transporte previsto, assim sendo, não foi possível atingir a meta de execução da obra. Conclusão prevista para 2017.
Ampliação do Aeródromo de Iauaretê (AM)	
Previsto financeiro para o ano de 2013	R\$ 9.386.540,00
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 6.608.182,72
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 46.777.159,34
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 39.322.503,99
Meta Física prevista para o ano de 2013	Terraplanagem – 5% (do total da obra) Pavimentação – 15% (do total da obra)
Físico Executado no ano de 2013	Terraplanagem – 4% (do total da obra) Pavimentação – 7% (do total da obra)
Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	Terraplanagem – 95% Pavimentação – 90%

Executado Físico acumulado desde o início da obra	Terraplanagem – 91% Pavimentação – 45%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra iniciada em 2004, em plena atividade, com serviços de terraplanagem, pavimentação do pátio, ampliação da pista e drenagem. Em virtude do contingenciamento dos recursos no início do ano ocorreu atraso na aquisição do material alvo do transporte previsto, assim sendo, não foi possível atingir a meta de execução da obra. Conclusão prevista para 2016.
Recuperação dos Pavimentos de Moura (AM)	
Previsto financeiro para o ano de 2013	R\$ 3.817.016,80
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 2.265.522,73
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 13.113.077,47
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 9.550.327,78
Meta Física prevista para o ano de 2013	Terraplanagem – 5% (do total da obra) Pavimentação – 53% (do total da obra)
Físico Executado no ano de 2013	Terraplanagem – 2% (do total da obra) Pavimentação – 44% (do total da obra)
Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	Terraplanagem – 84% Pavimentação – 81%
Executado Físico acumulado desde o início da obra	Terraplanagem – 65% Pavimentação – 70%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Em virtude de erro de digitação, esta obra não constou no PPO de 2013 conforme Encaminhamento Eletrônico nº R-15/ACC de 25 de setembro de 2012, no entanto, o Encaminhamento Eletrônico nº R-4/ACC de 18 de fevereiro de 2013 retifica o documento anterior incluindo a obra de OW. Obra em andamento, com serviços de terraplanagem da pista, do táxi, do pátio e pavimentação em Tratamento Superficial Duplo (TSD). Meta não atingida em virtude do fator complicador gerado pela identificação de solos saturados no decorrer da execução da obra, resultando na necessidade de ser reestudada a estrutura do pavimento. Conclusão prevista para 2015.
Ampliação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC)	
Previsto Financeiro para o ano de 2013	R\$ 2.000.000,00
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 314.900,76
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 16.555.263,22
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 5.475.202,17
Meta Física prevista para o ano de 2013	3,93%
Físico Executado no ano de 2013	0,62%

Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	32,56%
Executado Físico acumulado desde o início da obra	10,77%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O serviço executado foi o de manutenção do Canteiro.
Ampliação do aeródromo de Tunuí Cachoeira (AM);	
Previsto financeiro para o ano de 2013	R\$ 0,00
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 0,00
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 2.083.211,84
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 1.813.909,13
Meta Física prevista para o ano de 2013	0,00%
Físico Executado no ano de 2013	0,00%
Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	13,30%
Executado Físico acumulado desde o início da obra	11,58%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra suspensa até segunda ordem, aguardando resposta à consulta feita por meio do Ofício nº 11/SEC-VP de 24 de outubro de 2012. .
Construção do Restaurante, Quadra de Tênis, Piscina, Entornos e Subestação do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA) em Salvador (BA)	
Previsto Financeiro para o ano de 2013	R\$ 297.893,14
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 1.257.742,26
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 7.359.777,47
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 7.359.777,47
Meta Física prevista para o ano de 2013	4,05%
Físico Executado no ano de 2013	17,09%
Previsto Físico acumulado desde o	100,00%

início da obra.	
Executado Físico acumulado desde o início da obra	100,00%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra concluída em Setembro de 2013.
Construção da Seção Contra Incêndio de São Gabriel da Cachoeira (AM)	
Previsto Financeiro para o ano de 2013	R\$ 3.170.234,26
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 2.303.369,04
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 3.506.893,71
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 2.303.369,04
Meta Física prevista para o ano de 2013	45,07%
Físico Executado no ano de 2013	32,75%
Previsto Físico acumulado desde o início da obra.	49,86%
Executado Físico acumulado desde o início da obra	32,75%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Obra terceirizada e atrasada em relação ao cronograma previsto, no entanto, a data de entrega da obra está mantida para Agosto de 2014, porém, a Comissão de Fiscalização da Obra já enviou a Carta nº 01 de 04 de Junho de 2013 e a Mensagem nº 24/SDO12911 de 22 de Outubro de 2013, solicitando providências da Contratada para evitar o atraso na entrega da obra. No dia 25 de fevereiro de 2014 houve uma reunião para tratar sobre o cronograma atrasado.
Porto Fluvial Brucutu (PA)	
Previsto financeiro para o ano de 2013	R\$ 3.128.402,77
Executado Financeiro no ano de 2013	R\$ 1.601.820,35
Previsto financeiro acumulado desde o início da obra.	R\$ 1.045.410,25
Executado financeiro acumulado desde o início da obra	R\$ 1.601.820,35
Meta Física prevista para o ano de 2013	32,25%
Executado Física no ano de 2013	54,01%
Previsto Físico acumulado desde o	32,25%

início da obra.	
Executado Físico acumulado desde o início da obra	54,01%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O valor inicial da obra é de R\$ 2.965.774,05, com um prazo de conclusão de 15 meses. Com isso, a obra fará jus ao reajuste anual e o seu valor final passará a ser de R\$ 3.128.402,77. A obra está adiantada em relação ao cronograma previsto, devido ao excelente desempenho da empresa contratada, com apoio da fiscalização que está presente para sanar eventuais dúvidas sobre o projeto e sua execução.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A COMARA é subordinada administrativa e operacionalmente ao COMGAR e este por sua vez, depende do planejamento do EMAER. Desse modo, nosso Plano de Trabalho Anual obedece às Metas e Diretrizes estabelecidas no Plano Setorial do COMGAR (PLANSET) e este segue os objetivos estratégicos relacionados no PEMAER. No entanto, as auditorias são realizadas pelo CENCIAR, UJ específica, que tem como missão buscar qualidade, legalidade e responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos no âmbito do COMAER.

A Governança da COMARA estrutura-se basicamente em quatro instâncias: ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO (ACI); ORDENADOR DE DESPESAS/ AGENTE DIRETOR; SEREF1 e CENCIAR.

Em primeira Instância de Governança temos a Assessoria de Controle Interno da COMARA que tem como atribuições principais:

I - assessorar o Vice-Presidente (Ordenador de Despesas e Agente Diretor) nos aspectos pertinentes a formalidade, legalidade e correção contábil de todos os atos administrativos;

II - elaborar e fiscalizar controles internos que permitam verificar a correção de todos os procedimentos administrativos.

III - exercer o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - exercer o controle da concessão, aplicação e prestação de contas dos suprimentos de fundos da COMARA; e

V - realizar a conferência dos documentos referentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente e com as normas dos Órgãos Centrais de Sistemas do Comando da Aeronáutica. (conforme RICA 21-209/2009)

Cabe ressaltar que esta Assessoria é responsável pela realização da Auditoria Interna, pela designação de comissões para inspeção trimestral de almoxarifados e pelo controle quanto a conferência semestral de material carga dos setores.

O Ordenador de Despesas/Agente Diretor analisa o PEMAER e o PLANSET e elabora o Planejamento Estratégico formal da Organização, o Plano de Trabalho Anual e as Diretrizes de Comando. Além disso, integra em segunda instância a estrutura de governança da COMARA, tendo em vista que, após a conformidade legal e normativa realizada pela ACI, é responsável por assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso dos recursos da Organização estejam alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o alcance das metas organizacionais.

Regionalmente, em terceira instância, existe ainda o SEREF1, subordinado a SEFA, que tem como atribuição receber e avaliar os Processos de Prestação de Contas da COMARA.

Em quarta e última instância a COMARA submete-se ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), prevista no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.809, de 20 de

setembro de 2012, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Comando da Aeronáutica (SISCONI), que tem por finalidade planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Controle Interno, empregando as técnicas de fiscalização e de auditoria, com vista à aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao COMAER, conforme Art. 1º do ROCA 21-91/2013.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: As ações de governança e de controles internos são presentes na rotina organizacional de modo a garantir que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso dos recursos da Organização estejam alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o alcance das metas organizacionais. Um ciclo de reuniões foi estabelecido de modo a garantir constante acompanhamento e transparência da gestão, bem como a revisão de procedimentos e metodologias de forma ampla e participativa. Assim, é realizada uma reunião semanal com todos os oficiais onde são relacionados e discutidos tópicos como insumos presentes nos Destacamentos de Engenharia e de apoio, localização das balsas e empurradores, efetivo em sede e deslocado, dentre outros. Além disso, há uma visita de inspeção mensal nos canteiros de obra com a participação de, no mínimo, um representante de cada divisão e, quase sempre, do Ordenador de Despesas. Outrossim, são feitas reuniões operacionais e setoriais semanais, a primeira com o objetivo de controlar e tomar decisões acerca do andamento do cronograma de obras e a segunda com o objetivo de tratar de temas administrativos.</p> <p>A utilização de um sistema informatizado para trâmite de documentos na forma eletrônica promoveu um incremento significativo na velocidade e efetividade de comunicação das informações relevantes na COMARA, contribuindo sobremaneira para que os objetivos sejam atingidos mais rapidamente.</p> <p>O setor de comunicação social recebe sugestões de funcionários de todos os níveis hierárquicos, as quais são analisadas e, se for o caso, levadas em consideração para revisão das normas e procedimentos adotados em</p>					

todos os setores da Unidade.

Os quesitos foram analisados e respondidos de forma consensual pelo Vice-Presidente e pelos Chefes das Divisões da COMARA.

Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Sistema de Correição

CORREIÇÃO

PESSOAL CIVIL

“O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item”.

CORREIÇÃO

PESSOAL MILITAR

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

Em relação ao pessoal militar, baseada no texto que se segue, a UJ deve discorrer sobre os principais resultados observados em relação a essa atividade.

A estrutura do sistema de correição segue as normas vigentes no COMAER. Quando das transgressões disciplinares, aplica-se o previsto na Portaria 967/GC3, de 09 de outubro de 2009, “Condução de Apuração de Transgressões Disciplinares”, através da Seção de Investigação e Justiça, utilizando os oficiais da OM, devidamente autorizados em Boletim Interno para conduzirem os processos, sempre aplicando os princípios da ampla defesa e do contraditório. Caso evidências de infringência de Leis surjam, outros procedimentos podem ser instaurados, como Sindicância, regulamentado pela ICA 111-2, de 02 de junho de 2006 ou IPM, se houver indícios de crime, IMA 111-1, de 14 de fevereiro de 1980.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Embora a UJ não tenha estabelecido indicadores, o monitoramento e avaliação do modelo de governança e a efetividade dos controles internos são verificados periodicamente e revistos sempre que necessário. Cabe ressaltar que o CENCIAR realiza anualmente duas auditorias na COMARA, Avaliação da Gestão e do Relatório de Gestão, e todos os esforços são envidados no sentido de atender a todas as recomendações apresentadas.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Não se aplica a UJ.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica a UJ

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Não se aplica a UJ

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.

Não se aplica a UJ

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.

Não se aplica a UJ

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a UJ

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.347.877,61	17.924.486,19	21.020.490,71	17.915.260,30
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	5.960.103,38	8.417.439,38	5.960.103,38	8.417.439,38
d) Pregão	17.387.774,23	9.507.046,81	15.060.387,33	9.497.820,92
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	1.075.788,65	957.261,73	1.070.842,69	957.261,73
h) Dispensa	689.991,39	683.683,16	685.045,43	683.683,16
i) Inexigibilidade	385.797,26	273.578,57	385.797,26	273.578,57
3. Regime de Execução Especial	583.020,00	350.000,00	583.020,00	350.000,00
j) Suprimento de Fundos	583.020,00	350.000,00	583.020,00	350.000,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	328.432,04	391.465,50	328.432,04	391.465,50
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	328.432,04	391.465,50	328.432,04	391.465,50
5. Outros	8.796.644,62	8.763.263,61	8.796.644,62	8.763.263,61
6. Total (1+2+3+4+5)	34.131.762,92	28.386.477,03	31.799.430,06	28.377.251,14

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
39	7.560.785,00	5.414.900,41	6.993.299,33	3.358.102,09	567.485,67	2.056.798,32	6.993.299,33	3.358.001,52
30	2.966.133,67	1.466.956,48	2.626.852,42	473.587,55	339.281,25	993.368,93	2.626.248,45	473.587,55
04	1.300.000,00	-	1.119.179,40	-	180.820,60	-	1.119.179,40	-
Outros Elementos de Despesa	564.717,27	460.030,15	514.406,30	460.030,15	50.310,97	-	493.107,30	460.030,15
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
51	14.987.675,20	14.832.878,44	5.960.103,38	8.417.439,38	9.027.571,82	5.337.468,12	5.960.103,38	8.417.439,38
04	12.383.176,95	16.502.240,65	7.578.310,28	8.703.277,46	4.804.866,67	7.798.963,19	7.578.310,28	8.703.277,46
52	7.337.425,32	10.041.017,87	1.209.884,66	384.349,98	6.127.540,66	1.797.691,19	1.176.414,70	384.349,98
Outros Elementos de Despesa	12.232.579,04	15.995.159,83	8.129.727,15	6.589.690,42	4.102.851,89	9.405.469,41	5.852.767,22	6.580.565,10

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Durante o exercício de 2013, foram descentralizados 78% (setenta e oito por cento) dos recursos previstos para a Ação 14UC – Construção Reforma e Reparcelamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal. A descentralização dos recursos orçamentários iniciou-se somente a partir de Maio de 2013, ocasionando atraso no cumprimento do cronograma de execução das obras por administração direta, uma vez que não foi possível adquirir os insumos em tempo hábil, necessariamente transportados por via fluvial, perdendo o período da navegabilidade dos rios.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.2.1 Análise Crítica

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

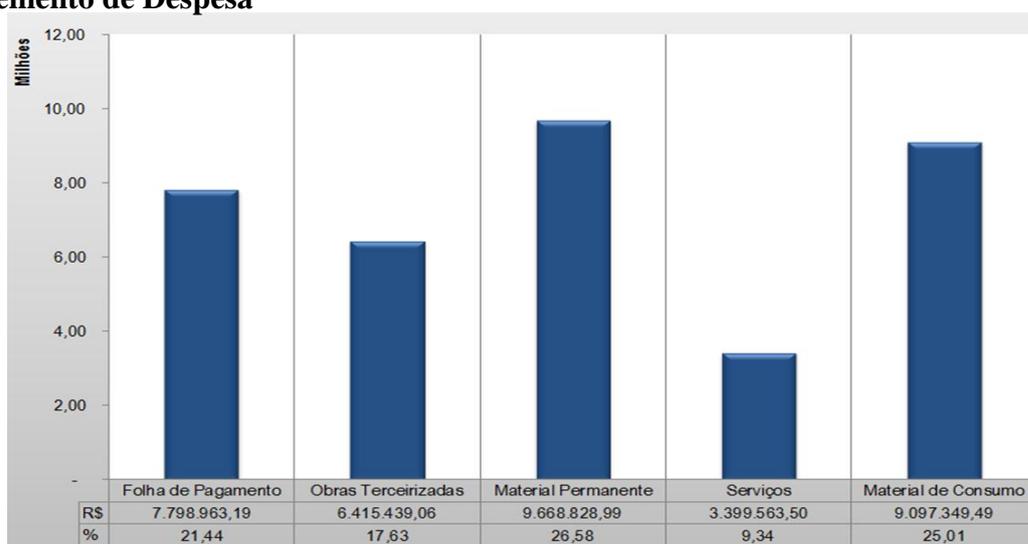
Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	36.380.144,23	34.380.887,18	580.011,64	1.419.245,41
2011	25.950,99	23.480,28	2.470,71	-
2010	4.651,20	4.651,20	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	9.225,89	9.125,32	100,57	-
2011	12.278,12	12.278,12	-	-

4.3.1 Análise Crítica

O gráfico abaixo demonstra a distribuição percentual dos valores inscritos em Restos a Pagar de 2012 por elemento de despesa:

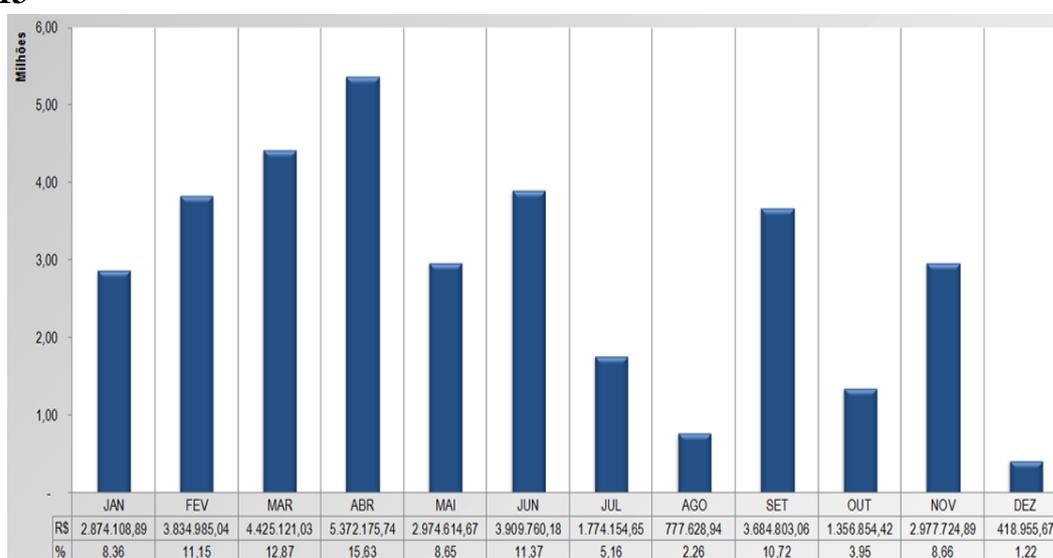
Gráfico 1: Demonstração dos Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício de 2013 por Elemento de Despesa



Na análise do gráfico, percebe-se que o valor inscrito em Restos a Pagar 2012 representou 56,22 % do total de créditos recebidos naquele ano, em função da intempestividade no repasse dos recursos creditícios.

Em 2013, todos os setores envolvidos no recebimento de bens e serviços envidaram esforços para que fossem recebidos tempestivamente os materiais/serviços e liquidadas as notas fiscais de modo a reduzir o saldo total de R\$ 36.380.144,23 (trinta e seis milhões, trezentos e oitenta mil cento e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos) inscrito em RP 2012. Deste valor, o montante de R\$ 580.011,64, foi cancelado no exercício de 2013, o qual representa 1,59 % do total inscrito. A grande maioria dos valores cancelados foi referente ao não recebimento de materiais de consumo para aplicação nas obras de administração direta, devido ao cancelamento das Atas de Registros de preços, em função do preço de mercado ter-se tornado superior aos preços registrados, cujo processo fora devidamente fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o Inciso I do art. 19 do Decreto 7.892 de 2013. Apesar de todo o esforço da Administração, ainda foi reinscrito para o exercício de 2014 o valor de R\$ 1.419.249,41, representando um percentual de 3,90 % do valor total inscrito em 2012.

Gráfico 2: Demonstração Mensal dos Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício de 2013



4.4 Transferências de Recursos

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.4.5 Análise Crítica

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	17	583.020,00	0	0,00	0	0,00	583.020,00
2012	13	350.000,00	0	0,00	0	0,00	350.000,00
2011	06	92.000,00	0	0,00	0	0,00	92.000,00

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Marcos Cesar Fernandes de Araújo	028.008.794-24	2013NE800291	29/05/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) no canteiro de obras de Iauaretê-AM, visando manter a continuidade dos serviços da obra da COMARA (Ação 14UC; PI P0002160000; Subcentro 050320). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra “C”, item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	30.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008398/2013-50

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Marcos Cesar Fernandes de Araújo	028.008.794-24	2013NE800889	17/10/2013	449030	<p>Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) necessários para a obra de Moura-AM. (Ação 14UC; PI P000410000; Subcentro 050225).</p> <p>Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra “C”, item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 12/08/2013.</p>	30.000,00	<p>Aquisição de gêneros alimentícios em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.017177/2013-72

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
André Mendonça da Costa	491.449.362-49	2013NE800294	29/05/2013	449039	<p>Aquisição eventual e emergencial de serviços necessários para a manutenção e operação de máquinas, equipamentos, embarcações e viaturas utilizados em atendimento à obra de Iauaretê-AM (Ação 14UC; PI P0002160000; Subcentro 050320). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos serviços por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.</p>	14.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.008402/2013-80

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ronaldo Pereira de Mello	612.446.276-15	2013NE800276	28/05/2013	339030	Aquisição eventual e emergencial de materiais (gêneros alimentícios e gás GLP) a serem aplicados na produção de alimentos para o efetivo dos canteiros de obras da COMARA na Região Amazônica. (Ação 14UC; PI A0002930000; Subcentro: 059923). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	60.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008386/2013-25

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Ronaldo Pereira de Mello	612.446.276-15	2013NE800696	13/09/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais (gêneros alimentícios e gás GLP) a serem aplicados na produção de alimentos para o efetivo do canteiro de obras da COMARA em Iauaretê (AM) (Ação 14UC; PI P0002160000; Subcentro: 050320). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 12/08/2013.	80.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.014201/2013-11

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Renato Alex Lopes Mata	658.246.952-53	2013NE800314	04/06/2013	339039	Aquisição eventual e emergencial de serviços a serem aplicados na manutenção das embarcações em operação nos canteiros de obras da COMARA na Região Amazônica. (Ação 14UC; PI A0002930000; Subcentro 059921). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos serviços por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	40.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008397/2013-13

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Renato Alex Lopes Mata	658.246.952-53	2013NE800689	12/09/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais (peças, acessórios e materiais diversos) a serem aplicados na manutenção das embarcações no canteiro de obras da COMARA em Moura (AM) (Ação 14UC; PI P0004100000; Subcentro 050225). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 12/08/2013.	40.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.014105/2013-73

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Renata Marcia Santos Nascimento	665.156.102-20	2013NE800299	29/05/2013	339039	Aquisição eventual e emergencial de serviços diversos a serem realizados nos equipamentos, máquinas e viaturas, em operação nos canteiros de obras da COMARA na Região Amazônica (Ação 14UC; PI A0002930000; Subcentro 059921). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos serviços por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	40.000,00	Contratação de serviços em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades no canteiro de obras, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008396/2013-61

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Renata Marcia Santos Nascimento	665.156.102-20	2013NE800694	12/09/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos a serem utilizados nos equipamentos, máquinas e viaturas, em operação no canteiro de obras da COMARA em Moura (AM) (Ação 14UC); PI P0004100000; Subcentro 050225). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 12/08/2013.	40.000,000	Aquisição de gêneros alimentícios em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.014104/2013-29

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Marcelo Dos Santos Valente	668.809.122-49	2013NE800295	29/05/2013	449039	Aquisição eventual e emergencial de serviços necessários para a manutenção e operação de máquinas, equipamentos, embarcações e viaturas utilizados em atendimento à obra de Moura-AM (Ação 14UC; PI P000410000; Subcentro 050225). : Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos serviços por meio de procedimento regular de licitação Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra “C”, item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	9.020,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008401/2013-35

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Anderson Siqueira Pinto	692.932.602-04	2013NE800296	29/05/2013	449030	<p>Aquisição eventual e emergencial de materiais (peças, acessórios e materiais diversos) a serem aplicados na obra de ampliação de Iauaretê-AM, bem como nos equipamentos, máquinas, viaturas e instalações de apoio para a obra de Iauaretê-AM. (Ação 14UC; PI P0002160000; Subcentro 050320). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. n.º. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.</p>	30.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.008403/2013-24

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Alberto Fernando Ferrugem	740.864.648-53	2013NE800312	04/06/2013	339030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos a serem utilizados nos equipamentos, máquinas, viaturas e embarcações, em operação nos canteiros de obras da COMARA na Região Amazônica (Ação 14UC; PI A0002930000; Subcentro 059923). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	40.000,00	Aquisição de gêneros alimentícios em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008385/2013-81

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Alberto Fernando Ferrugem	740.864.648-53	2013NE800692	12/09/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos a serem utilizados nos equipamentos, máquinas, viaturas e embarcações, em operação no canteiro de obras da COMARA em Iauaretê (AM) (Ação 14UC; PI P0002160000; Subcentro 050320). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 12/08/2013.	40.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.014200/2013-77

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Helles Emanuel Dantas Xavier	785.101.721-20	2013NE800275	28/05/2013	339030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos a serem aplicados nos processos de implantação e manutenção das redes de informática, telefonia e rádio, em operação nos canteiros de obras da COMARA na Região Amazônica (Ação 14UC; PI A0002930000; Subcentro 059921). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	20.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008404/2013-79

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Marcelo Martins Farias	792.204.602-20	2013NE800297	29/05/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) necessários para a obra de Estirão de Equador-AM. (Ação 14UC; PI P0002270000; Subcentro 050304). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	40.000,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008399/2013-02

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Marcelo Martins Farias	792.204.602-20	2013NE800690	12/09/2013	449030	<p>Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) necessários para a obra de Moura-AM. (Ação 14UC; PI P000410000; Subcentro 050225). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 12/08/2013.</p>	30.000,00	<p>Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.</p>	67202.014345/2013-78

Código da UG 1				Nome da UG				
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Edson Raimundo Teixeira de Oliveira	426.956.862-34	2013NE800292	29/05/2013	449030	Aquisição eventual e emergencial de materiais diversos (construção, elétrico e para manutenção de equipamentos) no canteiro de obras de Moura-AM. (Ação 14UC; PI P0004100000; Subcentro 050225). Considerando que não existe comércio formal nas regiões inóspitas da Amazônia onde são realizadas as obras da COMARA, este suprimento de fundos justifica-se tendo em vista a impossibilidade de aquisição dos materiais por meio de procedimento regular de licitação. Suprimento de Fundos em caráter excepcional (Proc. nº. 67202.001935/2013-31) conforme letra "C", item 8.2.1 e item 8.4.1.2, tudo do Módulo 8, constante do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER – MCA 172-3 (digital), atualizado em 09/05/2013.	0,00	Aquisição de materiais em municípios da Região Amazônica onde o sistema bancário e a rede de estabelecimentos credenciados para a utilização do CPGF é deficiente ou inexistente, a fim de evitar a paralisação das atividades nos canteiros de obras da COMARA, conforme o § 2º, art. 3º do Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.467, de 30 de maio de 2008; e Aviso Interno do Comandante da Aeronáutica nº 5/GC6/7, de 10 de junho de 2008.	67202.008400/2013-91
				Total Utilizado pela UG	583.020,00			

Fonte: Assessoria de Controle Interno da COMARA.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC Aguardando Análise	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC em Análise	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC não Aprovadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PC Aprovadas	17	583.020,00	13	350.000,00	06	92.000,00	—	—	—	—	—	—

Fonte:

4.5.5 Análise Crítica

A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) tem por missão projetar, construir e equipar os aeroportos de interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER) na Região Amazônica, participando ativamente do desenvolvimento, da segurança da faixa de fronteira, da manutenção da soberania do espaço aéreo e da integração da Amazônia. A sua atuação, dentro da dimensão estratégica da região, destaca-se como um dos órgãos capazes de contribuir para o fortalecimento do poder aeroespacial e garantir a preservação do Território Nacional e sua soberania.

Para o cumprimento de sua missão, a COMARA necessita, eventualmente, adquirir materiais e contratar serviços de terceiros na própria localidade de instalação dos canteiros de obras.

Os suprimentos de fundos, nesta Unidade, têm por objetivo atender, basicamente, ao pagamento de despesas com a aquisição de itens, peças e serviços necessários à manutenção corretiva dos equipamentos, das dependências e instalações dos canteiros de obras, viabilizando o desenvolvimento das suas atividades operacionais.

A continuidade das obras depende de vários fatores que condicionam o seu ritmo, como os compromissos de metas firmadas, o aproveitamento do período navegável dos rios, condições meteorológicas e, sobretudo, a manutenção da operacionalidade dos canteiros, que necessitam dispor de recursos financeiros em espécie para atender às necessidades diárias e eventuais, tais como a paralisação de máquinas e equipamentos por falta de pequenas peças de reposição, que preferencialmente devem ser adquiridas no menor espaço de tempo, de modo a manter as condições de disponibilidade e funcionais em níveis satisfatórios de operação, aproveitando as condições climáticas favoráveis.

Vale ressaltar que, para manter os canteiros em condições ideais de operacionalidade, esta Comissão desenvolve diversas atividades logísticas, com o fito de proporcionar o apoio necessário à realização das obras e serviços de engenharia, objetivo básico da Unidade. Para tanto, desenvolve o transporte de insumos por intermédio do sistema de transporte fluvial e terrestre, utilizando-se de sua frota de rebocadores, balsas e carretas por toda a região, com viagens que demandam diversos dias em certos trechos, havendo necessidade de disponibilização de recursos financeiros para solucionar problemas de recuperação e manutenção desses equipamentos em locais remotos, distantes da sede administrativa ou canteiros de obras, disponibilizando-os no menor espaço de tempo e evitando, assim, atraso na execução das obras e prejuízos à União.

A COMARA vem otimizando e aperfeiçoando as técnicas de planejamentos logísticos e operacionais, no intuito de minimizar os impactos decorrentes de eventos de difícil previsibilidade, que podem afetar os canteiros, provocar paralisações em suas atividades e, conseqüentemente, atrasos nos cronogramas de execução das obras.

Além disso, a Unidade Administrativa vem envidando esforços para maximizar as aquisições por meio de certames licitatórios, porém, permanece a peculiaridade pela demanda de bens e serviços que exigem pronto pagamento em espécie, constituindo despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Convém informar que esta UJ somente recorre ao procedimento de suprimento de fundos para aquisição de materiais e contratação de serviços que, pela necessidade e urgência, não podem ser submetidos ao processo normal de licitação, sob pena de causar prejuízos irreversíveis à Organização, devido à perda do melhor período de execução das obras – a “estiagem” amazônica – cuja duração média é de três meses por ano, em períodos alternados entre a Amazônia Ocidental e a Oriental.

As obras, em sua maioria, estão localizadas em plena selva amazônica, onde a rede bancária e a quantidade de estabelecimentos credenciados para a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é precária ou inexistente, o que inviabiliza os pagamentos por este sistema, evidenciando a alternativa prática e, comprovadamente, mais adequados de concessão de suprimento de fundos mediante a utilização de conta corrente bancária tipo “B” para eventuais aquisições, em espécie, na própria localidade dos canteiros.

Os dezessete suprimentos de fundos autorizados no exercício, perfazendo o total de R\$ 583.020,00 (Quinhentos e oitenta e três mil e vinte reais), foram concedidos, estritamente, para aquisição de materiais e contratação de serviços que, pela necessidade e urgência, não podiam ser submetidos ao processo normal de licitação, sob pena de causar prejuízos irreversíveis à Organização.

Cabe ressaltar que uma das concessões de suprimentos de fundos, de valor inicial R\$ 11.000,00, não foi utilizada em virtude da necessidade de viagem a serviço do detentor. Após procedimentos de estorno, o crédito foi utilizado para aquisições submetidas ao processo normal de licitação. O Processo de Prestação de Contas foi encaminhado ao SEREF – 1 e aprovado ainda em 2013.

A aplicação desses recursos foi decisiva para manter as máquinas, equipamentos, viaturas, embarcações e instalações dos canteiros de obra em ótimas condições de operação, garantindo o aproveitamento do melhor período para execução das obras – a “estiagem” amazônica.

O setor de controle interno da COMARA acompanha todas as fases das concessões de suprimento de fundos, a fim de verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia dos atos de gestão dos responsáveis pela utilização dos recursos. Para isso, são elaborados, mensalmente, formulários de controle que evidenciam a situação de todos os processos de suprimento de fundos concedidos no exercício, os quais são submetidos ao exame do Ordenador de Despesas da Unidade.

Por ocasião do término da aplicação dos recursos, todos os documentos comprobatórios das despesas efetuadas são consolidados pelo detentor em um balancete de prestação de contas, o qual é apresentado no setor de controle interno em até quinze dias subsequentes à data da última despesa, ou ao término do período de aplicação, o que ocorrer primeiro.

Após minuciosa análise da conformidade da Prestação de Contas à luz da legislação em vigor, o balancete, se considerado aprovado, é submetido à homologação do Ordenador de Despesas e encaminhado ao Primeiro Serviço Regional de Economia e Finanças (SEREF-1) para nova verificação. Caso seja observada não conformidade na Prestação de Contas, o Ordenador de Despesas restitui o processo ao detentor para a regularização, estabelecendo o prazo de até quinze dias para a nova entrada da Prestação de Contas na Unidade.

Cabe destacar que todos os documentos referentes a cada concessão de suprimento de fundos são organizados em processos, devidamente autuados, indexados e tendo as folhas numeradas, de modo a atender prontamente às necessidades do serviço e a facilitar os exames por parte dos órgãos de controle interno e externo, permanecendo arquivados no setor de controle interno da COMARA.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	367	361	13	27
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	186	180	12	13
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	163	157	06	12

1.1.2. Reconvocados	23	23	06	01
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	181	181	01	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	181	181	01	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	---	---	---	---
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	---	---	---	---
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	647	618	103	170
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4)	187	158	40	31
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório (*)	116	111	34	28
2.1.2 Oficiais Temporários (**)	28	25	03	01
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	43	22	03	02
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação (***)	---	---	---	---
2.2 Civis temporários	460	460	63	139
3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	---	---	---	---
3.1 Servidores Civis sem vínculo	---	---	---	---
3.2 Servidores Civis aposentados	---	---	---	---
3.3 Militares da Reserva Remunerada	---	---	---	---
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.014	979	116	197

Fonte: Divisão Administrativa da COMARA

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1)	---
1.1 Civis	---
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	---
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	---
1.1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	---
2. Afastamentos (2.1+2.2)	---
2.1 Militares	---
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	---
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	---
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	---
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	---
2.2 Civis	---
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	---
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	---
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	---
2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	---
3. Removidos (3.1)	---
3.1 Civis	---
3.1.1. De ofício, no interesse da Administração	---
3.1.2. A pedido, a critério da Administração	---
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	---
3.1.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	---
3.1.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	---
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	---
4.1 Militares	---

4.1.1. Doença em pessoa da família	---
4.1.2. Capacitação	---
4.2 Cívis	---
4.2.1. Doença em pessoa da família	---
4.2.2. Capacitação	---
5. Licença não remunerada (5.1+5.2)	---
5.1 Militares	---
5.1.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	---
5.1.2. Atividade política	---
5.1.3. Interesses particulares	---
5.1.4. Mandato classista	---
5.2 Cívis	---
5.2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	---
5.2.2. Serviço militar	---
5.2.3. Atividade política	---
5.2.4. Interesses particulares	---
5.2.5. Mandato classista	---
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	---
6.1 Militares	---
6.2 Cívis	---
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	---

Fonte: Divisão Administrativa da COMARA.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão (1.1 + 1.2)	---	---	---	---
1.1. Cargos Natureza Especial	---	---	---	---
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	---	---	---	---
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	---	---	---	---
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	---	---	---	---
1.2.4. Sem vínculo	---	---	---	---
1.2.5. Aposentados	---	---	---	---
1.2.6. Militares da Reserva Remunerada (*)				
2. Funções gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)	01	01	---	---
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	01	---	---
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	---	---	---	---
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	---	---	---	---
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	01	01	---	---

Fonte: Divisão Administrativa da COMARA

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	112	71	130	135	40
1.1. Militares de Carreira	112	71	95	06	---
1.2. Reconvocados	---	---	15	08	---
1.3. Servidores Cíveis de Carreira (*)	---	---	20	121	40
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	165	149	119	47	11
2.1. Militares	07	14	08	02	---
2.2. Cíveis (**)	158	135	111	45	11
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	---	---	---	---	---
3.1. Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (***)	---	---	---	---	---
4. Totais (1+2+3)	277	220	249	182	51

Fonte: Divisão Administrativa da COMARA

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	---	---	20	51	311	91	09	06	---
1.1. Militares de Carreira	---	---	---	---	185	84	09	06	---
1.2. Reconvocados	---	---	---	---	17	06	---	---	---
1.3. Servidores Cíveis de Carreira (*)	---	---	20	51	109	01	---	---	---
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	---	---	63	156	224	43	05	---	---
2.1. Militares	---	---	---	---	10	19	02	---	---
2.2. Cíveis (**)	---	---	63	156	214	24	03	---	---
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	---	---	---	---	---	---	---	---	---
3.1. Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---	---	---	---	---
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (***)	---	---	---	---	---	---	---	---	---
4. Totais (1+2+3)	---	---	83	207	535	134	14	06	---

Fonte: Divisão Administrativa da COMARA

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores em cargos efetivos											
Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2013	11.633.580,16	9.097,80	1.812.106,49	3.799.198,57	4.596.268,07	101.409,60	0,00	19.910,26	0,00	21.971.570,95
	2012	11.550.076,43	7.016,53	1.929.745,95	3.945.699,75	4.540.685,04	66.093,10	0,00	3.196,50	0,00	22.042.513,30
	2011	12.170.745,53	4.569,18	2.099.912,93	4.437.532,38	5.009.905,44	61.844,65	0,00	0,00	0,00	23.784.510,11
Civis											
Exercícios	2013	8.581.337,66	38.106,24	1.043.020,33	370.048,24	845.724,27	550.631,76	174.180,16	6.474,26	0,00	11.609.523,33
	2012	7.732.979,30	37.455,84	1.041.071,60	352.841,45	656.376,58	482.829,68	152.266,69	5.909,81	125,91	10.461.856,86
	2011	7.404.174,84	37.455,84	942.888,88	342.563,69	654.861,05	447.414,50	142.036,75	0,00	563,73	9.971.959,28
Servidores com Contratos Temporários											
Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório) *											
Exercícios	2013	3.245.446,01	0,00	491.624,39	712.047,27	1.068.662,18	37.269,00	0,00	7.544,44	0,00	5.525.324,29
	2012	2.926.611,85	-1.045,18	459.632,61	653.481,31	800.189,21	31.805,40	0,00	0,00	0,00	4.839.914,98
	2011	2.376.642,88	-3.617,20	394.543,07	552.696,96	599.792,29	24.750,00	0,00	0,00	0,00	3.923.675,20
Civis											
Exercícios	2013	7.617.041,73	0,00	689.257,16	979.128,41	6.395.732,96	36.406,50	498.572,65	0,00	0,00	16.216.139,41
	2012	6.891.984,12	0,00	1.024.160,17	1.084.559,58	3.513.299,90	49.293,80	379.027,33	0,00	0,00	12.942.324,90
	2011	6.990.249,23	0,00	852.291,70	1.411.732,79	2.907.824,52	87.024,50	675.022,40	0,00	0,00	12.924.145,14
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Militares											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Civis											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Civis											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Civis											
Exercícios	2013	47.540,16	3.954,00	6.439,77	1.536,27	4.476,00	6.566,95	1.392,38	0,00	0,00	71.905,53
	2012	42.971,36	3.886,44	5.966,32	1.391,38	3.648,00	5.661,42	1.043,80	0,00	0,00	64.568,73
	2011	41.039,28	3.886,44	2.974,95	1.189,98	3.648,00	4.531,48	988,36	0,00	0,00	58.258,49

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES) / Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) / Seção de Finanças.

* A alteração nos valores informados para Militares de Carreira e Militares Temporários justifica-se pela alteração da padronização feita pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal, no Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), conforme relações que seguem em anexo.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não fazem parte da natureza jurídica da UJ e que esta informação estará no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não se aplica a natureza jurídica da UJ. Esta informação está no Relatório de Gestão do COMGEP.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não houve contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra no exercício.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Normas utilizadas pela Subdivisão de Transporte:

-ICA75-6: Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície;

-ICA 400-25 - Indicadores de Gestão de Logística do COMGAP;

-ICA75-2 - Instrução para Alienação de Veículos de Transporte de Superfície;

-TCA 75-1 - Tabela de Dotação de Veículos do Comando da Aeronáutica.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A COMARA dispõe de um número abrangente de veículos, sendo: viaturas leves, usadas no emprego de atividades de ordem administrativas, e veículos de maior robustez, necessários às atividades demandadas pelos Destacamentos de Canteiros de Obras (**DECO**) instalados em localidades pertencentes à Amazônia legal.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

- Veículos Leves

Total em uso: 47

Auto: 23

Pick-Up: 22

Van Furgão: 1

Jeep Marruá 4WD: 1

- Veículos Pesados

Total em uso: 86

Caminhão Betoneira: 9

Caminhão Carga Seca: 6

Caminhão 3-4: 3

Caminhão Compactador de Lixo: 1

Caçamba: 32

Caminhão Lubrificador: 5

Caminhão Pipa: 6

Caminhão Munck: 7

Cavalo-Mecânico: 4

Micro-Ônibus: 9

Ônibus: 4

- Embarcações

Total em uso: 36

Empurradores: 09

Balsas: 27

As referidas balsas e empurradores são utilizados na execução dos transportes fluviais de insumos e equipamentos para suprir as necessidades operacionais dos canteiros de obras desta Comissão.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Média de quilômetros rodados em 2013 por veículo ou horas trabalhadas por equipamento:

- Veículos Leves: 4.569 km por ano

- Veículos Pesados: 9.115 km/ano

- Equipamentos: 137 h/ano

*Cabe ressaltar que o indicador de quilômetros rodados possui representatividade diferenciada para esta UJ. Tendo em vista que, muitos de nossos equipamentos operam com horas trabalhadas (horímetro) em vez de quilometragem (hodômetro). Tratam-se de máquinas tais como motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira, retro escavadeira, trator de esteira, geradores, fontes de iluminação etc.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Idade média de veículos leves: 3 anos

Idade média de veículos pesados: 6 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Gastos com Combustíveis e Lubrificantes:

Óleo Diesel: 863.764 L, aproximadamente R\$ 1.995.000,00 (Preço médio litro - R\$ 2,30)

Gasolina: 33.255 L, aproximadamente R\$ 93.446,55 (Preço médio litro - R\$ 2,81)

Lubrificantes: 13.982 L, aproximadamente R\$ 152.036,80

- **Gastos com Peças:** R\$ 1.491.100,00

- **Gastos com Manutenção / Serviços / Revisões:** Aproximadamente R\$ 177.700,00

- **Gastos com Seguros / Licenciamentos:** Aproximadamente R\$ 17.500,00

- Total: Aproximadamente R\$ 3.926.782,00

Em comparação com a gestão de 2012, o consumo de óleo diesel foi cerca de 26% maior. Tal diferença corresponde principalmente ao aumento de solicitações de apoio fluvial, que demandam maior quantidade de diesel.

Podem-se destacar em 2013 as seguintes missões extras:

- Porto de Mós (Março/13): transporte de equipamentos e desmobilização PCL, em apoio ao I COMAR;

- Missão ACISO (Novembro/13): apoio ao HABE com transporte de equipamentos do hospital de campanha para atendimento da população de Curuçambaba (Pará);

- Missão para Macapá (Novembro /13): transporte de equipamentos em apoio ao IETA.

g) Plano de substituição da frota;

Não existe plano específico. Esta UJ segue apenas as recomendações presentes nas normas apresentadas no item (a) acima.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Aquisição se faz em detrimento da locação, principalmente pelo custo benefício encontrado e pela disponibilidade do serviço. Tendo em vista que a COMARA opera em toda região amazônica, com veículos de porte e utilização diversos, o custo para contratação de frota terceirizada seria maior. Só o tempo de deslocamento de Belém-PA para Iauaretê-AM, por exemplo, dura em média 30 dias. Além do fato deste tipo de serviço não estar acessível em várias localidades dentro de nossa área de atuação.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Subdivisão de Transporte desta Comissão, através das seções de controle de combustíveis e lubrificantes, controle de viaturas (documentações) e transporte de superfície (garagem), dispõe dos seguintes controles:

- Talonários de Abastecimento;
- Mapa de Abastecimento das Viaturas;
- Relatório Mensal de Movimento de Combustível e Lubrificante dos Canteiros de Obra;
- Controle sobre as Viaturas da Unidade (números de registro, vencimento de seguros etc.);
- Controle Mensal sobre os Consumos de Combustível das Viaturas da Unidade;
- Relação de Motoristas;
- Relação de Aquisição de Materiais;
- Relação de Consumo de Materiais;
- Mapa de Movimentação de Material;
- Relação de Consumo de Combustíveis e Lubrificantes;
- Mapa de Consumo;
- Representação Gráfica dos Gastos com Combustíveis das Viaturas.

A COMARA, não possui Frota de Veículos Automotores contratada de terceiros.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Pará	05	04
	Belém	04	04
	Monte Alegre	01	00
	Amazonas	01	01
	Manaus	01	01
Subtotal Brasil		06	05
EXTERIOR	Não existe	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		06	05

Fonte: Divisão de Engenharia da COMARA.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120088	0255.00822.500-1	21	3	R\$11.667.474,02	22/11/2012	12.079.744,73	-	-
120088	0427.00757.500-6	21	3	Cr\$ 319.805,10	22/11/2012	25.552.132,86	-	342.086,90
120088	0427.00758.500-1	21	3	Cr\$ 16.727,40	22/11/2012	6.483.690,79	-	104.007,60
120088	0427.00759.500-7	21	3	Cr\$ 207.743,20	22/11/2012	14.259.712,43	-	100.027,41
120088	0427.00760.500-2	21	3	Cr\$4.827.832,80	22/11/2012	2.915.617,89	-	76.686,00
120088	0495.00090.500-5	21	3	R\$36.613,99	11/06/2001	2.370,43	-	-
Total							-	622.807,91

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

0255.00822.500-1 – 4º Of. Reg. Imóveis de MN;
 0427.00757.500-6 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE;
 0427.00758.500-1 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE;
 0427.00759.500-7 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE;
 0427.00760.500-2 – 2º Of. Reg. Imóveis de BE; e
 0495.00090.500-5 – Cartório Reg. Imóveis de Monte Alegre;

Análise Crítica:

Os imóveis regularizados, ocupados por esta UG são todos compostos de terrenos e edificações. Os terrenos são porções de responsabilidade patrimonial de outras unidades, ficando a COMARA apenas com a responsabilidade administrativa dessas porções, com exceção para o Hotel de Trânsito de Monte Alegre, onde a COMARA detém a responsabilidade patrimonial. Informo ainda que a avaliação do Hotel de Trânsito será realizada no segundo semestre de 2014 de acordo com a NSCA 87-1/2011, item 3.5.2. A benfeitoria foi transferida para esta unidade em Agosto de 2013.

Quanto o Valor Histórico, do RIP 0255.00822.500-1, pertencente ao DACO-MN foi feito um TERMO DE ENTREGA pela então DSPU-AM, atual SPU-AM, em 14/02/1979. Portanto não consta o valor histórico. O valor que consta na tabela acima se refere à penúltima avaliação.

Já quanto ao Valor Histórico, do RIP 0427.00760.500-2, pertencente ao PFB foi feito um TERMO DE ENTREGA pela então DSPU-PA, porém o valor contido na tabela faz menção ao LOTE 2 que incorpora o PFB e uma parte da BABE, e não apenas a fração da COMARA.

Referente aos imóveis não legalizados, a COMARA toma providências junto ao SERPAT-I, SERPAT-VII, DIRENG, COMGAR, Prefeituras Municipais, etc. para procedimentos de solicitação, transferência e acompanhamento de processos referentes aos terrenos e benfeitorias. Porém, estes procedimentos demoram, pois passam por muitos setores da FAB e de outros como SPU (Superintendência do Patrimônio da União), IBAMA e Instituto de Terras.

Imóveis não legalizados:

- Caeté (PA) – Jazida seixo/areia – 693.166,00m²
- Mte Alegre(PA) – Porto/Britador – 91.220,05m²
- Mte Alegre(PA) – Pedreira – 2.813.998,05m²
- Mte Alegre(PA) – Clube Comariano – 12.611,71m²
- Mte Alegre(PA) – Canteiro(DACO) – 12.798,75m²
- Tabatinga(AM) – DACO – 33.453,18m²
- S. Gabriel(AM) – DACO – 4.244,40m²
- Moura(AM) – Pedreira – 389.940,08m²
- Moura(AM) – Canteiro – 465.246,16m²

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica a Natureza Jurídica da UJ.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	Não existe	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	Não existe	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte:

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.

	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
x	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(1) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(1) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.

(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

Não há desenvolvimento de softwares nesta Organização.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Inclusão de itens no edital de acordo com a				

	IN 01 do MPOG 2010 e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da NAJ/SP.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
	Foram instalados sistemas de iluminação mais econômicos que reduziram os dispêndios financeiros no fornecimento de energia elétrica e, também, instaladas torneiras automáticas.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Os projetos realizados e implantados na COMARA sempre buscam otimizar a utilização de energia elétrica, por meio do emprego de sistemas de iluminação mais econômicos e procedimentos que assegurem um menor consumo de reativos, além de contemplarem					X

<p>sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, visando a segurança das pessoas e dos equipamentos.</p> <p>Da mesma forma, os projetos hidráulicos realizados e implantados sempre buscam reduzir o consumo de água, por meio da utilização de torneiras automáticas.</p>					
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>				X	
<p>Considerações Gerais: Não há.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

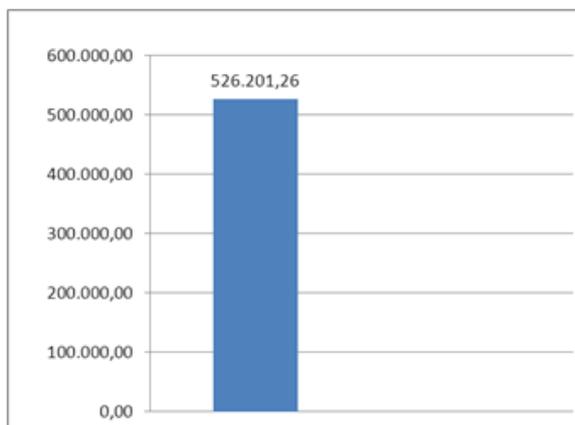
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)		2013	Assinado em novembro de 2013, publicado no D.O.U nº 225 de 20 de novembro de 2013, ainda não apresentou resultado passível de aferição no ano de 2013.			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.086 resmas	2.240 resmas	3.031 resmas	R\$19.754,42	R\$22.646,40	R\$ 27.248,69
Água	52.196 m ³	36.624 m ³	30.422 m ³	R\$271.944,15	R\$189.679,68	R\$157.294,80
Energia Elétrica	1.417.119 KWh	1.463.538 KWh	1.425.304 KWh	R\$526.201,26	R\$577.084,50	R\$510.853,41
			Total	R\$ 817.899,83	R\$ 789.410,58	R\$ 695.396,90

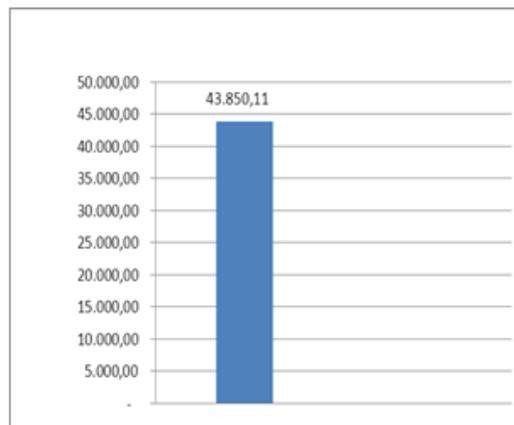
Fonte: Divisão de Intendência e Divisão de Engenharia da COMARA.

Gráfico 3: Consumo Médio de Energia Elétrica

Ano	Comara
2013	526.201,26

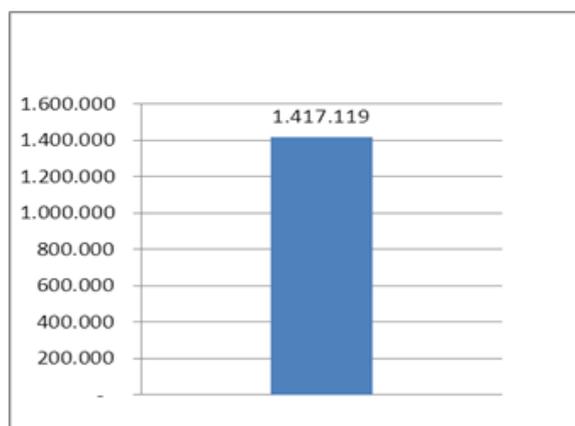


Ano/2013	Comara
Na Ponta	43.850,11



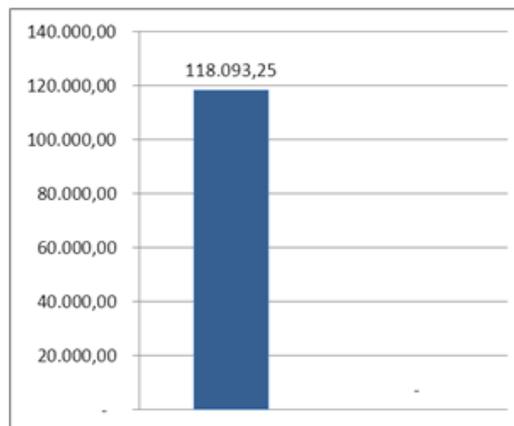
Consumo em 2013 (KW/H)

Tipo	Comara
Na Ponta	1.417.119



Média em 2013 (Kw/H)

Tipo	Comara
Na Ponta	118.093,25



Durante a gestão do ano de 2013, foram realizadas ações com a finalidade de redução dos dispêndios financeiros quanto ao uso de Energia Elétrica. Troca de condicionadores de ar antigos por equipamentos mais modernos com consumo de energia reduzido e divulgação para o efetivo da necessidade da conscientização de se economizar energia são exemplos dessas medidas.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no exercício de 2013 na UJ.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica		001018	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	16/2013	1	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
Seguir as orientações emitidas pelo CENCIAR por meio eletrônico, bem como a legislação emitida pelo Tribunal de Contas da União para a elaboração do Relatório de Gestão de 2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Vice-Presidência		—	
Síntese da Providência Adotada			
O Agente Diretor determinou que todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração da documentação relativa ao Processo de Contas Anual de 2013 seguissem as diretrizes emitidas pelo CENCIAR por meio de instruções detalhadas disponibilizadas na sua página da internet.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todos os Agentes da Administração incumbidos de prestarem as informações necessárias para a elaboração do Processo de Contas Anual de 2013 o fizeram por meio de documentos padronizados conforme as orientações emitidas pelo CENCIAR, com Número Único de Protocolo, os quais foram autuados em processo administrativo específico, devidamente numerado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A divulgação das orientações emitidas pelo CENCIAR por meio de instruções em sua página da internet, de forma clara e detalhada, que facilitou sobremaneira o seu correto entendimento, não deixando margem a interpretações equivocadas das mesmas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica		001018	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	16/2013	2	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica		001018	
Descrição da Recomendação			
Mapear os macroprocessos finalístico e de apoio			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Divisão de Planejamento e Coordenação		—	
Síntese da Providência Adotada			
Foram feitas reuniões com os Chefes das Divisões envolvidas com o objetivo de diagramar os diversos processos transversais que compõem os macroprocessos finalístico e de apoio da COMARA. Após a chegada de um consenso pelos Chefes de Divisão os macroprocessos foram diagramados por meio do software Bizage e serão utilizados como ferramentas gerenciais pela gestão da COMARA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os macroprocessos finalístico e de apoio foram mapeados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A equipe envolvida com o mapeamento de macroprocessos estava motivada e consciente dos benefícios que esta inovação traria para a Organização Militar.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	16/2013	3	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
Inserir, no campo “meta planejada/atingida” dos indicadores, informações quanto à meta física planejada/atingida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Subdivisão de Obras (SDO)			—
Síntese da Providência Adotada			
Foram incluídas informações relativas à meta física nos indicadores das obras.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi possível gerenciar com melhor precisão a execução do cronograma físico das obras em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As informações relativas à meta física planejada/atingida eram acompanhadas pelo chefe da SDO de forma atualizada e completa o que facilitou sobremaneira a inserção dos dados físicos no campo recomendado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica		001018	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	16/2013	4	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica		001018	
Descrição da Recomendação			
Atentar para a necessidade de comprovação documental requerida para os itens dos questionários constantes do Relatório de Gestão, a fim de dar consistência às respostas da UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Assessoria de Contabilidade de Custos		—	
Síntese da Providência Adotada			
Todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração dos documentos referentes ao Processo de Contas Anual foram orientados a comprovar as informações constantes dos itens em que há tal necessidade, conforme o disposto nas diretrizes emitidas pelo CENCIAR, por meio de instruções detalhadas disponibilizadas na sua página da internet.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A concordância com o fundamento apresentado foi devidamente comprovada nos itens que demandavam tal procedimento, segundo as orientações emitidas pelo CENCIAR para elaboração da documentação referente ao Processo de Contas Anual.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A receptividade e o espírito de cooperação apresentados por todos os Agentes da Administração envolvidos na elaboração dos documentos referentes ao Processo de Contas Anual contribuíram de maneira extremamente positiva para que as providências fossem adotadas a contento.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	16/2013	6	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
Atentar para a obrigatoriedade de que sejam registradas no Relatório de Gestão todas as informações referentes a despesas com a manutenção e reforma do patrimônio imobiliário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Patrimônio			—
Síntese da Providência Adotada			
As informações referentes a despesas com a manutenção e reforma do patrimônio imobiliário foram incluídas no quadro A.6.2.2			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi possível efetuar um controle mais detalhado sobre os gastos com manutenção e reforma de imóveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As consultas construídas por meio do SIAFI Gerencial foram fundamentais para auxiliar o gestor na busca de informações para preenchimento do quadro A.6.2.2 do Relatório de Gestão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	16/2013	7	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
Revisar, de forma criteriosa, o Relatório de Gestão antes de encaminhá-lo ao CENCIAR para envio ao TCU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Contabilidade de Custos			—
Síntese da Providência Adotada			
O Agente Diretor designou, por meio da Portaria nº 14-T/VP de 27/01/2014, um Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2013. O Grupo de Trabalho foi presidido pelo Agente de Controle Interno, que realizou, no ano de 2013, o curso do Relatório de Gestão Ministrado pelo Tribunal de Contas da União e o curso de SIAFI Gerencial na SEFA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Com um Grupo de Trabalho específico designado para esta tarefa foi possível estabelecer um cronograma de eventos com previsão de reuniões periódicas para acompanhamento e revisão dos trabalhos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica disponibilizou duas vagas para a COMARA no curso de SIAFI Gerencial, o que possibilitou a realização da conferência das informações preenchidas pelos setores nos quadros do Relatório de forma segura e precisa.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	16/2013	8	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
Relatar as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão, no Relatório de Gestão do exercício de 2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Controle Interno			—
Síntese da Providência Adotada			
Os Quadros 9.2.1 e 9.2.2 do Relatório de Gestão foram preenchidos de modo a relatar integralmente as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Apenas uma das recomendações do OCI ficou pendente de atendimento ao final do Exercício, conforme quadro 9.2.2, e em virtude de depender da conclusão de procedimento licitatório em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O comprometimento demonstrado por todos os Agentes da Administração envolvidos na adoção das providências foi fundamental para que fossem implementadas antes do término do exercício.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	16/2013	5	Ofício nº 138/CENCIAR-2/2182, de 09/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica			001018
Descrição da Recomendação			
Guardar uma cópia do backup em local diferente do setor, preferencialmente, em instalações diferentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Tecnologia da Informação.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Backup externo em local diverso da origem exige a aquisição de um equipamento de armazenagem específico. O setor responsável elaborou o PAM/S 10/DPTI/2013 para aquisição desse equipamento entretanto até o final do exercício de 2013 o procedimento licitatório não foi concluído.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foi identificada uma fragilidade na guarda das informações da UJ. As providências para o cumprimento da Recomendação foram iniciadas e estão sendo priorizadas. A previsão para implementação do backup em local diferente do setor é o exercício de 2014.			

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Detentores de Cargos e Funções	Obrigados a entregar a DBR	59	01	08
	Entregaram a DBR	59	01	08
	Não cumpriram a obrigação	---	---	---

Fonte: Divisão Administrativa da COMARA

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Nesta Comissão, no ano de 2013, todas as pessoas previstas em legislação, a entregarem suas DBR, cumpriram com sua obrigação. A Divisão Administrativa (DA), é a unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR, sendo que não existe nesta OM um sistema informatizado para o gerenciamento das DBR. A recepção dessas Declarações é feita em papel impresso, contudo, não há sistema de autorização eletrônica bem como servidor específico para acesso à base de dados da Receita Federal. Nessas declarações não é feita análise para identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. As DBR, seguindo legislação pertinente, após enviadas ao órgão competente, permanecem no cofre existente na Seção de Investigação e Justiça desta Comissão.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
Recebimento Débito				Não Comprovação				
-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Especificar razões

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Conforme declaração no anexo E.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Não se aplica a natureza jurídica desta UJ.

11. Informações contábeis

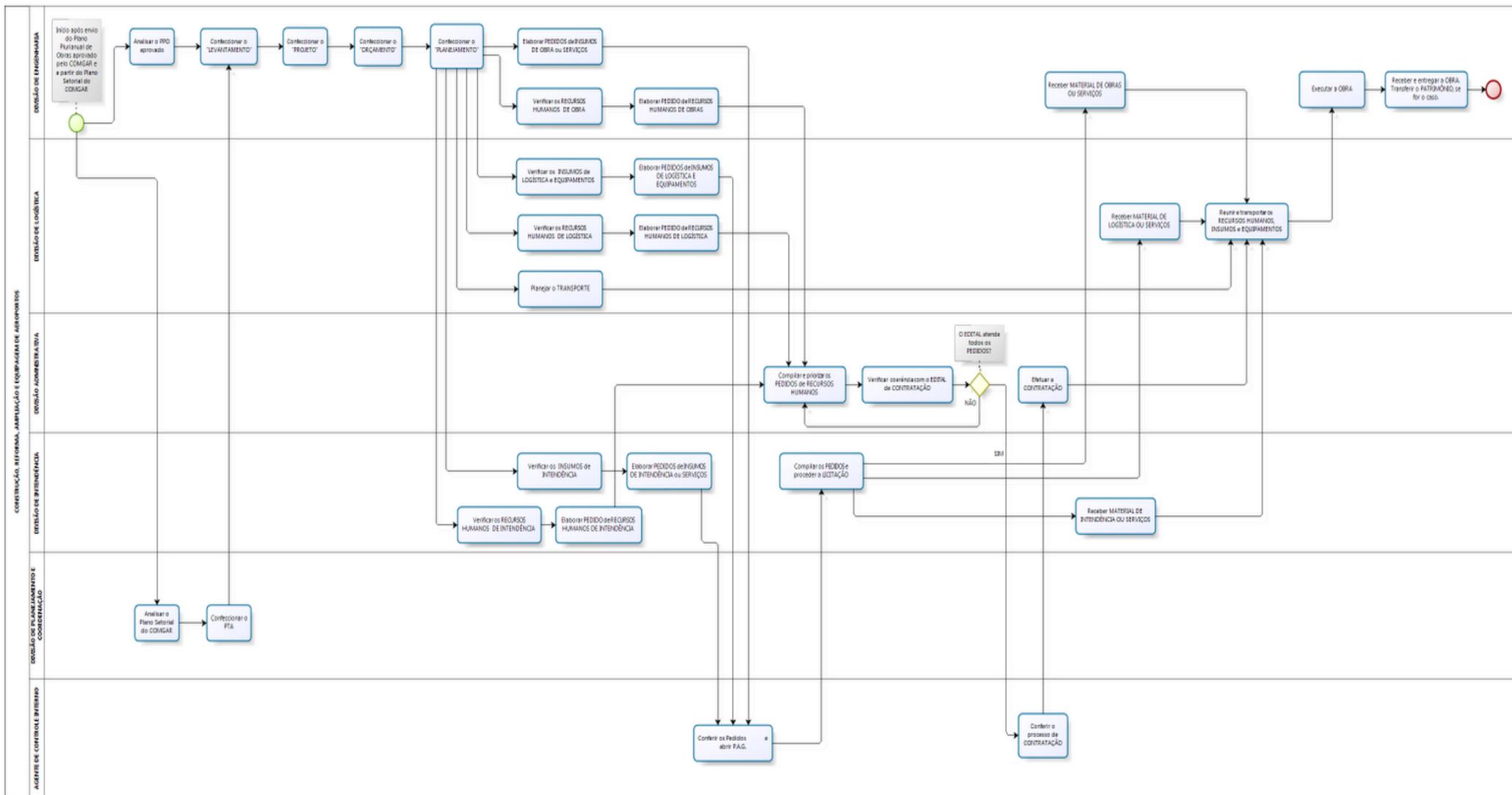
11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
Denominação completa (UJ)		120088	
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA		Código da UG	
<p>Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;</p> <p>b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;</p> <p>d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício. <p>e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.</p>			
Local	Brasília	Data	17/02/2014
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento – 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

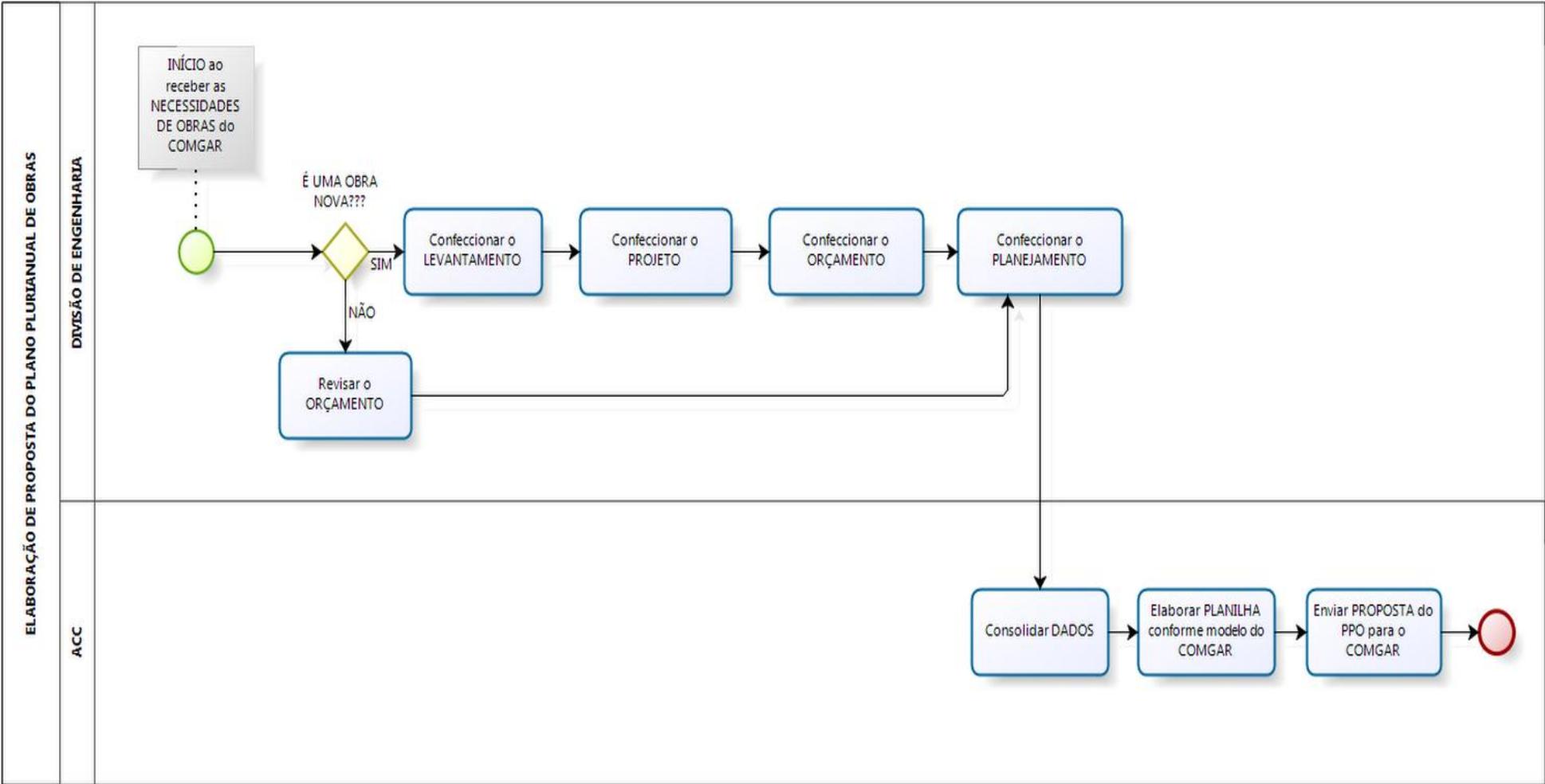
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA			120088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante ao:</p> <p>a) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 400.700,00, existente no Balanço Patrimonial, refere-se à conta contábil 1.9.9.9.5.00.00 (Credores – Compras Centralizadas).</p> <p>Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, motivo pelo qual não constituíram objeto de análise.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	17/02/2014
Contador Responsável	Ana Paula Soares de Alcântara do Nascimento - 1º TEN QOEA SVA	CRC nº	017367/O-0

ANEXOS

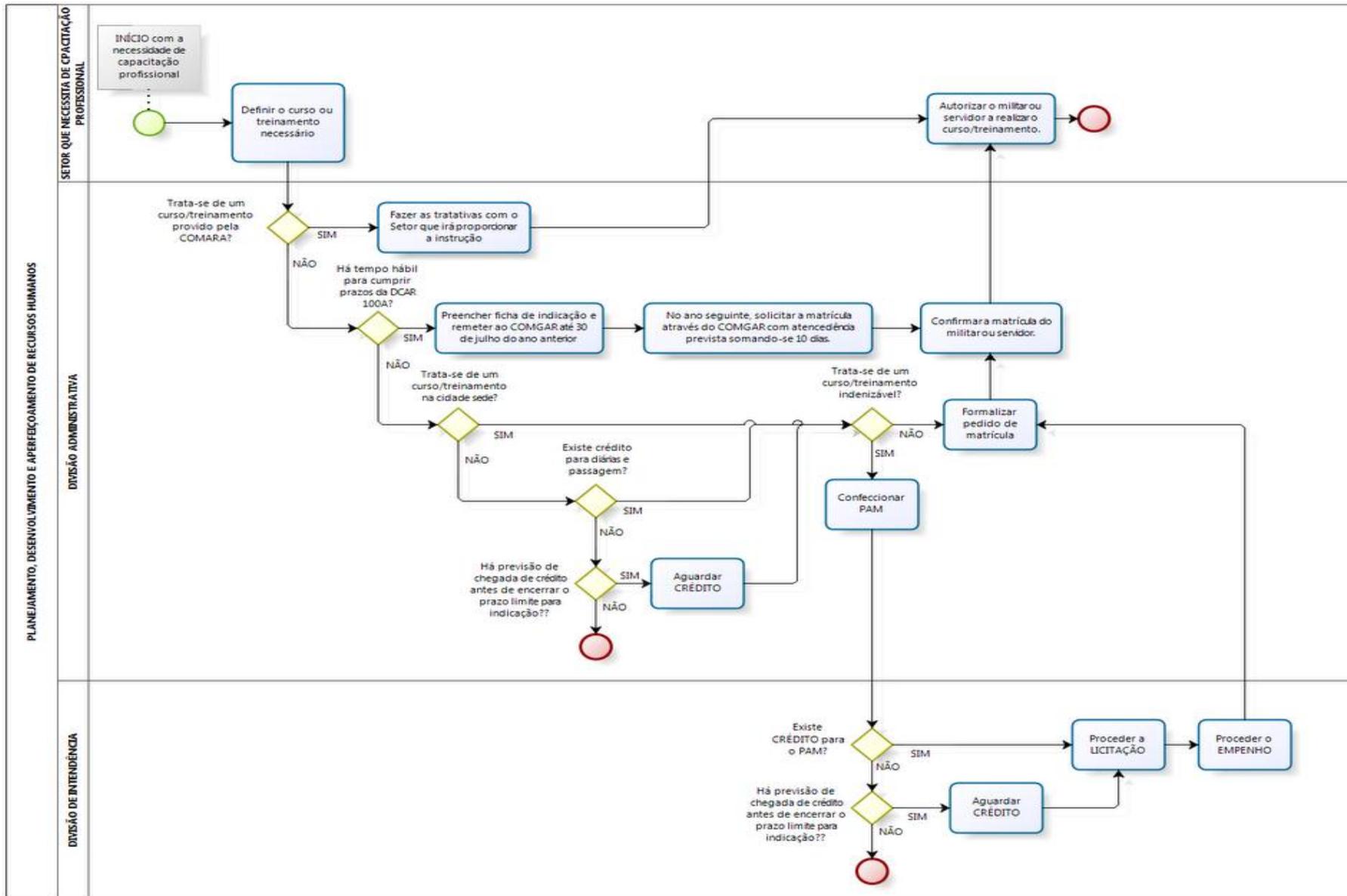
ANEXO A



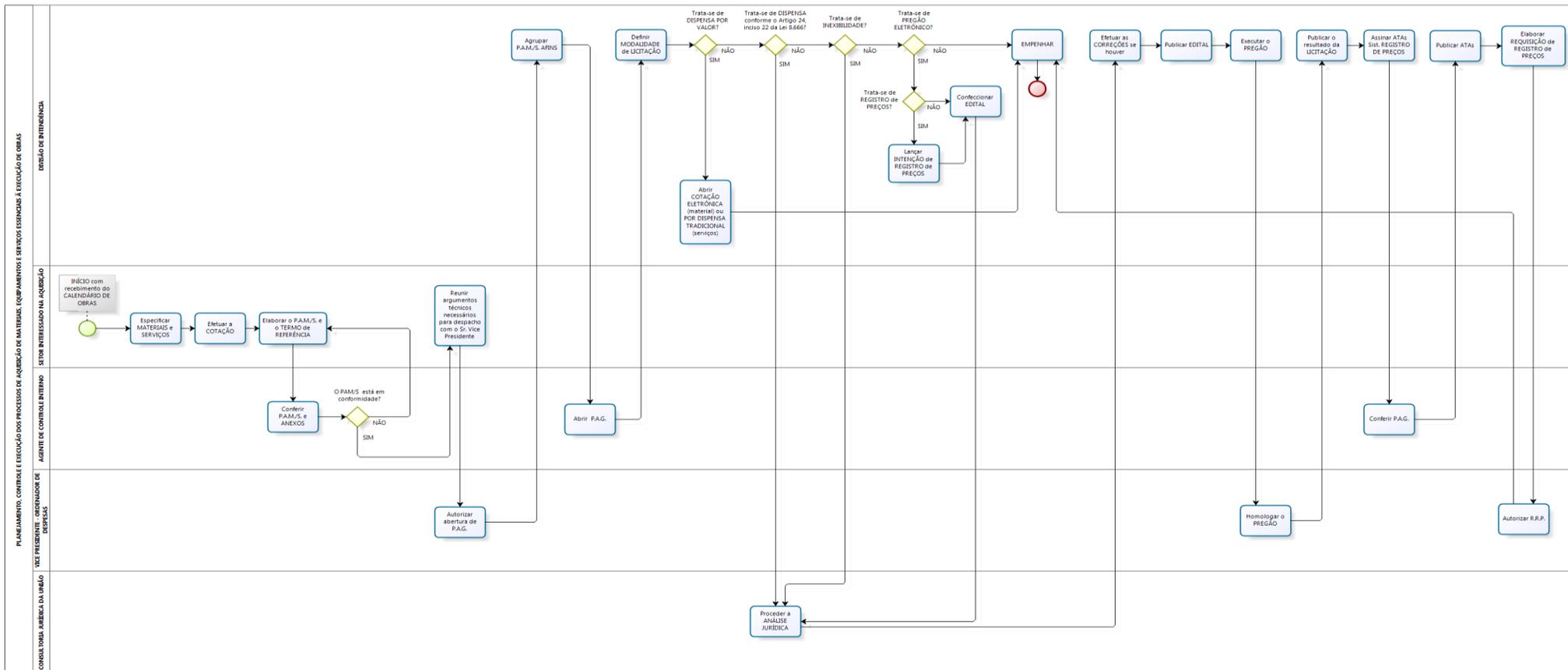
ANEXO B



ANEXO C



ANEXO D



ANEXO E



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA**

DECLARAÇÃO

Eu, Gilson Sousa da Costa, CPF nº 782.397.372-34, Chefe da Subdivisão de Licitações, exercido na Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 31 de dezembro de 2013.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'G' and 'S' followed by 'COSTA'.

**GILSON SOUSA DA COSTA 1º Tenente Intendente
CPF nº 782.397.372-34**

Chefe da Subdivisão de Licitações/Comissão de Aeroportos da Região Amazônica